

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

ALINE THATYANA ARANDA DA ROCHA BRANCO ALCANTARA ALVES

O NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE (NRA)

Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais

**SÃO PAULO
2019**

ALINE THATYANA ARANDA DA ROCHA BRANCO ALCANTARA ALVES

O NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE (NRA)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis e Atuariais, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Robles Junior.

Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais

**SÃO PAULO
2019**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Robles Junior

Prof. Dr. Fernando de Almeida Santos

Prof. Dr. Alexandre Ripamonti

Dedico este trabalho ao meu amor Antonio Marcos que me apoiou em todos os aspectos nesta conquista e a minha filha Maria Helena, que teve uma maturidade incrível aos 3 anos de idade em entender a minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador professor doutor Antônio Robles Junior que me ajudou e motivou nesta jornada, muito obrigada por compartilhar os seus conhecimentos, foi uma honra ser sua orientanda.

Ao professor doutor Alexandre Ripamonti que contribuiu muito com os seus conhecimentos e o seu jeito descontraído nos momentos mais oportunos, suas contribuições foram de suma importância, muito obrigada.

Ao coordenador do PEPG em Ciências Contábeis e Atuariais, professor doutor Fernando de Almeida Santos, pelo apoio, motivação, generosidade e principalmente por acreditar em meu potencial. Sem ele, nada disso teria sido possível, pois sempre agregou informações e dicas importantes nesta minha caminhada.

A secretária do PEPG Roselaine que sempre esteve pronta a ajudar com seus conhecimentos e seu carinho. Muito obrigada.

Ao professor doutor José Carlos Marion, que foi a minha inspiração para buscar este curso de mestrado, e quem me ensinou coisas para a vida toda.

A todos os meus amigos do mestrado, que me ajudaram em todo este percurso.

A todos o meu muito obrigada, por fazerem parte desta minha conquista acadêmica que me transformou como pessoa.

**“Quanto mais aumenta nosso conhecimento,
mais evidente fica a nossa ignorância”.**

John F. Kennedy

RESUMO

Desde dezembro de 2016 está em vigor o Novo Relatório do Auditor Independente (NRA), relatório este, criado devido à demanda dos investidores por mais informações sobre o trabalho do auditor. Após três anos de novos relatórios emitidos, surge a necessidade de identificar se estes relatórios demonstram que os objetivos que motivaram a sua criação foram atendidos, ou seja, se apresentam mais informações, customização e clareza. Para isso foi realizada esta pesquisa, utilizando análises quali-quantitativas por meio de detida leitura das normas que criaram o NRA e estudo de caráter documental exploratório dos relatórios do auditor independente referentes as demonstrações financeiras dos anos de 2016 á 2018. Analisando as suas estruturas, customizações e legibilidades. Também foram identificados os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e os tipos de relatórios emitidos. Para análise da legibilidade foi utilizada a fórmula *Flesch Reading Ease* desenvolvida por Rudolf Flesch. As empresas analisadas foram as ganhadoras do Troféu Transparência dos anos de 2017 e 2018 participantes dos mesmos segmentos. Os resultados demonstraram que as estruturas dos relatórios estavam 100% de acordo com a NBC TA 700, os relatórios apresentaram uma média de 3 PAAs por relatório emitido, alguns relatórios estavam padronizados ao invés de estarem customizados e a legibilidade de 100% dos relatórios estão com índice a baixo de 30, ou seja, muito difícil, com legibilidade voltada para usuários com no mínimo graduação completa. Assim pode ser observado que alguns itens que motivaram a criação do NRA foram atendidos como: mais transparência e informação através dos PAAs. E outros ainda não foram totalmente atendidos como: customização e clareza.

Palavras chaves: Novo Relatório do Auditor Independente; Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente; Principais Assuntos de Auditoria; *Key Audit Matter*; *Critical Audit Matters*.

ABSTRACT

Since December 2016, the Independent Auditor's New Report (NRA) has been in effect, created due to investor demand for more information on the auditor's work. After three years of new reports issued, the need arises to identify whether these reports demonstrate that the objectives that motivated their creation were met, that is, if more information, customization and clarity were presented. To this end, this research was conducted using quali-quantitative analyzes through careful reading of the standards that created the NRA and exploratory documentary study of the independent auditor's reports regarding the financial statements from 2016 to 2018. Analyzing their structures, customizations and readability. Key Audit Matters (PAAs) and the types of reports issued were also identified. For readability analysis, the Flesch Reading Ease formula developed by Rudolf Flesch was used. The analyzed companies were the winners of the Transparency Trophy of 2017 and 2018 participants from the same segments. The results showed that the reporting frameworks were 100% compliant with NBC TA 700, the reports averaged 3 PAAs per report issued, some reports were standardized rather than customized, and the 100% readability of the reports is below 30, i.e., very difficult, with readability for users with at least complete graduation. Thus it can be observed that some items that motivated the creation of the NRA were answered as: more transparency and information through the PAAs. And others have not yet been fully met, such as: customization and clarity.

Keywords: New Independent Auditor's Report; Brazilian Independent Auditing Accounting Standards; Key Audit Matter; Critical Audit Matters.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Empresas ganhadoras do Prêmio Troféu Transparência 2017 e 2018.	19
Quadro 2 –	Alterações ocorridas no relatório do auditor independente	22
Quadro 3 –	Normas Brasileiras de Auditoria revisadas em 2016	26
Quadro 4 –	Visão geral das mudanças no novo relatório do auditor independente	27
Quadro 5 –	Estrutura do relatório de auditoria antes e após NRA	27
Quadro 6 –	Síntese das pesquisas realizadas nos últimos quatro anos	32
Quadro 7 –	Empresas selecionadas	33
Quadro 8 –	Escala de resultado índice <i>Flesch</i>	35
Quadro 9 –	Matriz de amarração	38
Quadro 10 –	Empresas auditadas pelos mesmos auditores entre 2016 e 2018	41
Quadro 11 –	Empresas auditadas pelas mesmas empresas de auditoria entre 2016 e 2018	43
Quadro 12 –	Empresas analisadas divididas por setor de atuação	45
Quadro 13 –	Escala de resultado índice <i>Flesch</i>	52
Quadro 14 –	Parágrafos de ênfase emitidos entre 2016 a 2018	53
Quadro 15 –	Resumo das análises	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeiro Relatório de Auditoria emitido no Brasil, emitido em 1903	23
Figura 2 – Exemplos de textos padronizados por auditor	42
Figura 3 – Textos padronizados de relatórios emitidos pela mesma empresa de auditoria	43
Figura 4 – Textos padronizados de relatórios emitidos para a mesma empresa auditada	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Empresas de auditoria emissoras dos NRAs	39
Tabela 2 –	NBC TA 700 x Estrutura dos novos relatórios	40
Tabela 3 –	Quantidade PAAs 2016	46
Tabela 4 –	Principais PAAs 2016	46
Tabela 5 –	Quantidade PAAs 2016 IBRACON x Estudo	47
Tabela 6 –	PAAs 2016 - Pesquisa IBRACON x Estudo	47
Tabela 7 –	Quantidade PAAs 2017	48
Tabela 8 –	Principais PAAs 2017	48
Tabela 9 –	PAAs 2017 - Pesquisa IBRACON x Estudo	49
Tabela 10 –	PAAs 2017 - Pesquisa IBRACON x Estudo	49
Tabela 11 –	Quantidade PAAs 2018	50
Tabela 12 –	Principais PAAs 2018	50
Tabela 13 –	Cálculo Legibilidade <i>Flesch</i> de 2015 a 2018	51
Tabela 14 –	Tipos de relatórios de auditoria	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Apresentação	14
1.2 Situação problema	17
1.3 Objetivos gerais e específicos	17
1.4 Justificativas e contribuições	18
1.5 Delimitação da pesquisa	18
1.6 Estrutura da pesquisa	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Auditoria e o Auditor Independente	20
2.2 Relatório do auditor independente	21
2.2.1 Tipos de relatórios de auditoria	23
2.3 O Novo Relatório do Auditor Independente (NRA)	24
2.3.1 Processo de criação do NRA	25
2.3.2 Principais Assuntos de Auditoria (PAA)	28
2.3.3 Governança corporativa.....	29
2.4 Pesquisas realizadas sobre o tema “NRA”	30
3 METODOLOGIA APLICADA A PESQUISA	33
3.1 Metodologias quali-quantitativa	33
3.1.1 Legibilidade <i>Flesch</i>	34
3.1.2 Matriz de amarração	36
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO	39
4.1 Análise dos Novos Relatórios do Auditor Independente (NRA)	39
4.1.1 Análise estrutural	40
4.1.2 Análise da customização	40
4.1.2.1 Análise por auditor	41
4.1.2.2 Análise por empresa de auditoria	43
4.1.2.3 Análise por empresa auditada	44
4.1.2.4 Análise por setor de atuação	44
4.1.3 Principais Assuntos de Auditoria (PAA)	45

<i>4.1.3.1 PAA</i> s 2016	45
<i>4.1.3.2 PAA</i> s 2017	47
<i>4.1.3.3 PAA</i> s 2018	49
4.1.4 Nível de Legibilidade <i>Flesch</i>	51
4.2 Tipos de relatórios emitidos após o NRA	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

O auditor independente tem um papel importante ao emitir o seu relatório sobre as demonstrações financeiras pois o conteúdo destes relatórios, conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 00 R1 (2011) contribuem para a tomada de decisão dos *stakeholders*, destacando os investidores.

O relatório de auditoria consiste em um poderoso instrumento que traz informações importantes e relevantes para os seus usuários, os seus objetivos são apresentar um raio X da empresa, relatar as informações coletadas no decorrer do trabalho e apresentar as possíveis sugestões de melhorias em relação aos processos atuais.

Conforme Attie (1998), o parecer de auditoria é o instrumento por meio do qual o profissional auditor emite sua opinião, em cumprimento as normas de auditoria a respeito das demonstrações financeiras.

Sá (2000) relata que os exames realizados pelo auditor objetivam emitir opiniões, conclusões, críticas e orientações acerca de situações ou fenômenos patrimoniais, ocorridos ou por ocorrer, prospectados e diagnosticados.

Devido à importância deste relatório em 2006 foram iniciadas pesquisas acadêmicas em diferentes países com o objetivo de identificar se este instrumento estava atendendo as expectativas dos investidores.

Essas pesquisas consistiram na formulação de questões sobre diversas áreas, para que o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) pudesse obter o entendimento de questões relevantes para os diversos usuários, a fim de propor melhor soluções a todos. Dessa forma, vários pontos de melhorias e de deficiências foram identificados e discussões entre diferentes tipos de usuários foram realizadas por todo o mundo conforme Oliveira (2015).

Desde a crise financeira global de 2008, o relatório dos auditores vem passando por novas discussões regulatórias, envolvendo diversos órgãos como o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), dos Estados Unidos, e o *Financial Reporting Council* (FRC), do Reino Unido. Todos estes esforços tem em comum o objetivo de tornar o relatório de auditoria mais informativo, mais personalizado acerca da companhia auditada e, portanto, mais útil aos investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. (MATOS; CARDOSO, 2017, p.2)

Conforme Maijoor e Vanstraelen (2012) a missão da auditoria não tem valor se o público não tem confiança nela.

Segundo Oliveira (2015) o IAASB, em conjunto com uma comissão internacional de pesquisa acadêmica, promoveu estudos, a partir de 2006, a respeito da percepção dos usuários sobre o relatório do auditor.

As pesquisas iniciadas em 2006 resultaram em uma demanda por um relatório com mais informações e que explicasse mais sobre o processo de auditoria.

Conforme Longo (2017) o IAASB através de diversas consultas aos usuários dos relatórios de auditoria identificou uma demanda por mudanças no relatório para que fossem mais específicos e menos genéricos.

Após os fatos que resultaram na crise financeira de 2008, o trabalho dos auditores voltou a ser criticado e o relatório de auditoria emitido sobre as demonstrações contábeis foi alvo de questionamentos de diversos usuários sobre sua utilidade e capacidade informativa (IFAC, 2011).

Agostineto (2016) relata que os investidores demandaram mais informações sobre o processo de auditoria por meio da visão do auditor, apresentando os itens mais importantes neste processo que poderiam ser úteis e mais relevantes para a tomada de decisão abordando as áreas mais complexas e significativas.

Com intuito de atender esta demanda foram criadas algumas ferramentas, sendo uma delas as *International Standards on Auditing* (ISAs) com uma nova proposta de relatório, que passou a vigorar em 2013 no Reino Unido e 2014 na Holanda. Posteriormente o Brasil e os demais países que aderiram as ISAs se adequaram a estas mudanças.

O processo brasileiro de convergência decorreu-se pela implementação tanto das normas internacionais do relatório financeiro, as chamadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), como das normas internacionais de auditoria, conhecidas pela abreviação ISA (LONGO, 2017).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) traduziram e publicaram este conjunto de normas chamado de Novo Relatório do Auditor Independente (NRA), que entrou em vigor no Brasil em 31 de dezembro de 2016.

Este conjunto compõe-se das seis seguintes normas: Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBC TA) 260 (R2) – Comunicação com os Responsáveis pela Governança; NBC TA 570 – Continuidade Operacional; NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis; NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente; NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente;

e NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente.

Um dos itens mais importantes deste novo relatório são os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) onde a NBC TA 701 estabelece que, o auditor deverá os comunicar em seu relatório, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, e que exigiram atenção significativa.

Conforme a NBC TA – 701 (2016), o intuito da divulgação dos PAAs, é tornar o trabalho realizado de auditoria mais transparente e mais informativo.

Com a introdução do NRA os resultados esperados são relatórios com mais informações sobre o trabalho do auditor, ou seja, mais transparência dos itens de maior relevância abordados pelo auditor no decorrer da auditoria, que deverão ser apresentados através dos PAAs.

O IAASB (2015) por meio do relatório *The New Auditor's Report: Greater Transparency into the Financial Statement Audit*, relatou que o objetivo das mudanças no relatório de auditoria se basearam na necessidade de mais informações por parte dos usuários, ou seja, melhorar o valor comunicativo do relatório do auditor independente.

Como meio de comunicação entre o auditor e seus usuários, os relatórios de auditoria devem ser compreensíveis, objetivos e aceitos pelos usuários como uma fonte de informação relevante (ROBU M.; ROBU I., 2015).

Há alguns anos, o relatório da auditoria independente vinha sendo alvo de críticas por ser divulgado de forma genérica, com descrição padronizada de opinião seguindo modelo em uso (COSTA; FREIRE; ARAÚJO, 2017).

Para Matos, Silva e Rodrigues (2016) todos os ajustes foram feitos tendo como finalidade harmonizar os relatórios de auditoria emitidos nos mais diversos países do mundo, para se ter uma linguagem simples para os usuários das demonstrações contábeis.

Assim este novo relatório, conforme Agostineto (2016), IAASB (2015), Robu M. e Robu I. (2015), Costa, Freire e Araújo (2017) deverá ser mais customizado, ou seja, menos padronizado e passa a ter o objetivo de demonstrar o trabalho do auditor com mais informações, transparência e clareza por meio de uma linguagem mas simples.

1.2 Situação problema

Com a alteração do relatório do auditor para o NRA, surge a necessidade de identificar se as mudanças implantadas neste novo relatório estão atendendo aos objetivos que motivaram a sua criação.

Assim surge o problema de pesquisa: Os Novos Relatórios do Auditor Independente demonstram que os objetivos que motivaram a sua criação foram atendidos, considerando a NBC TA 700 e incluindo mais informações customizadas e de fácil leitura?

A pesquisa deste questionamento permite supor que os novos relatórios emitidos pelos auditores atenderam às expectativas dos investidores e que os objetivos de sua criação foram atendidos, contendo mais informações customizadas com maior clareza.

1.3 Objetivos gerais e específicos

O objetivo geral deste estudo é evidenciar se os novos relatórios denominados NRA apresentam itens que demonstrem que os objetivos que motivaram a sua alteração foram atendidos, considerando a NBC TA 700 e incluindo mais informações customizadas e de fácil leitura.

Os objetivos específicos do projeto:

1. Analisar a estrutura dos relatórios para identificar a aplicação da NBC TA 700;
2. Identificar nos textos dos Principais Assuntos de Auditoria itens que demonstrem customização ou padronização dos relatórios por auditores, empresas de auditoria e setores de atuação;
3. Verificar a quantidade e quais foram os Principais Assuntos de Auditoria emitidos nos novos relatórios;
4. Verificar o nível de legibilidade dos novos relatórios;
5. Levantar os tipos de relatórios emitidos após a introdução do NRA;

1.4 Justificativas e contribuições

A pesquisa justificar-se pela necessidade de verificar nos NRAs se os itens demandados pelos stakeholders e que impulsionaram a alteração deste relatório estão sendo abordados.

Também justifica-se pelo relatório de auditoria ser o tema mais abordado nas publicações sobre auditoria, conforme Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018) que identificaram dentre 1.650 publicações na *Web of Science* (2002-2014) com 22 tipologias temáticas em auditoria, 599 eram com o tema relatório de auditoria e usuários de demonstrações financeiras.

E este estudo traz as análises com abordagens diferenciadas destas pesquisas por estar dentro do contexto da nova proposta de relatório, denominada de Novo Relatório do Auditor Independente (NRA). Contribui com a área de auditoria, dos profissionais aos seus usuários, pois corrobora a qualidade e transparência da informação que devem constar nos novos relatórios de auditoria.

Assim os auditores podem identificar itens a serem aprimorados nos próximos relatórios que possam auxiliar na tomada de decisão dos investidores.

Também contribuem para a verificação do cumprimento das novas normas de auditoria, e ser um incentivo para novas pesquisas relacionadas a esta nova proposta de apresentação do trabalho dos auditores.

1.5 Delimitação da pesquisa

As empresas analisadas nesta pesquisa são as ganhadoras do Prêmio Troféu Transparência dos anos de 2017 e 2018, listadas na bolsa de valores do Brasil, que participam dos seguintes setores de atuação: Água e saneamento, transporte, energia elétrica, locação de veículos, telecomunicação, vestuário e alimentos. Que somam o total de 21 empresas.

O período de análise compreende os anos de 2016 a 2018, período pós-adoção do Novo Relatório do Auditor Independente.

Foram selecionadas estas empresas devido aos objetivos desta premiação estarem alinhados com um dos objetivos da criação do NRA que é a transparência das informações.

	Empresas	Qtde	B3	Setor de Atuação		Empresas	Qtde	B3	Setor de Atuação
1	SABESP	18	NM	Água e Saneamento	12	Rio Paranapanema/CTG	2		Energia Elétrica
2	SANEPAR	5	N2	Água e Saneamento	13	CTEEP	1	N1	Energia Elétrica
3	Embraer	18	NM	Transporte	14	Localiza	6	NM	Locação Veículos
4	Marcopolo	3	N2	Transporte	15	Unidas	1		Locação Veículos
5	CEMIG	14	N1	Transporte	16	Telefônica Brasil	5		Telecomunicação
6	Engie	9	NM	Energia Elétrica	17	Algar Telecom	2		Telecomunicação
7	CESP	8	N1	Energia Elétrica	18	Guararapes	4		Vestuário
8	Eletrobras	7	N1	Energia Elétrica	19	Grendene	3	NM	Vestuário
9	EDP	5	NM	Energia Elétrica	20	M. Dias Branco	2	NM	Alimentos
10	AES Tietê	4	N2	Energia Elétrica	21	J Macedo	1		Alimentos
11	Energisa	4	N2	Energia Elétrica					

Quadro 1 - Empresas ganhadoras do Prêmio Troféu Transparência 2017 e 2018

Fonte: Elaborado pela autora.

1.6 Estrutura da pesquisa

A realização deste estudo seguiu as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, coleta dos dados bibliográficos, análise comparativa entre os dados coletados com a pesquisa bibliográfica.

Os estudos estão em capítulos, resumidos a seguir:

Capítulo 1 – é composto de uma breve introdução sobre o tema estudado, onde foi descrita a situação problema, os objetivos do estudo, a justificativa para a escolha do tema e a estrutura do trabalho.

Capítulo 2 - discorre sobre a fundamentação teórica da pesquisa.

Capítulo 3 – neste capítulo é apresentada de forma detalhada, a metodologia utilizada para a confecção do presente estudo.

Capítulo 4 – discute-se sobre o resultado do estudo comparativo entre os descritos nos capítulos 2 e 3 segundo os objetivos deste estudo descritos no capítulo 1.

Capítulo 5 – apresenta as considerações finais acerca deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Auditoria e o Auditor Independente

Segundo Aros, Santos, Ausique e Duque (2017), a auditoria surge pela necessidade de identificar grandes problemas que qualquer empresa possa ter a nível financeiro, operacional e de processos que possam afetar o seu desenvolvimento.

No Brasil a auditoria independente pode ser definida como a auditoria contábil realizada por profissionais não empregados da empresa auditada e devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tendo por objetivo, sobretudo, expressar uma opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis (FRANCO; MARRA, 2000).

Os auditores independentes constituem um alicerce fundamental para o funcionamento do mercado de capitais, sendo essencial a manutenção de sua credibilidade perante os usuários das demonstrações contábeis (ALMEIDA, 2004; MCKINNON, 2015).

Hoje para atuar como auditor independente no Brasil e auditar as demonstrações financeiras das companhias de capital aberto reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), são exigidas algumas qualificações conforme a instrução CVM 308 de 1999, que contribuem para que o trabalho final de auditoria tenha qualidade.

Conforme a CVM 308 (1999) o profissional deve ser graduado em ciências contábeis, estar aprovado em exame de suficiência contábil, registrado em um Conselho Regional de Contabilidade (CRC), cadastrado no Cadastrado Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e CVM ambos após aprovação em exame de qualificação, além de demais exigências da CVM.

Caso atue em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), também será necessário exame específico com normas regulamentares e aspectos específicos destas atividades.

O contador, na função de Auditor Independente, inscrito no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e/ou cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverá participar do Programa de Educação Continuada (PEPC) para manter os seus registros.

2.2 Relatório do auditor independente

O relatório de auditoria passou por uma evolução segundo Longo (2017) que inicialmente se assemelhava a um mero carimbo atestando correção das informações, até um “parrudo” relatório a partir de 2016, com um contexto extremamente relevante, que pode atingir cinco ou seis laudas conforme as circunstâncias.

O quadro 2 exemplifica as alterações ocorridas no relatório do auditor independente conforme resoluções do CFC entre 1972 até 2016.

Ano	Normas Aplicáveis	Estrutura Básica	Título	Base para Opinião	Itens Essenciais
1972	Resolução CFC 321/72	2 parágrafos	Parecer de Auditoria	Princípios de contabilidade geralmente aceitos em base comparativa ao exercício anterior da entidade auditada.	Identificação do destinatário, primeiro parágrafo (escopo) segundo parágrafo (opinião), data do parecer e a Assinatura do auditor.
1991	Resolução CFC no 700/91	3 parágrafos	Parecer de Auditoria	Princípios Fundamentais de Contabilidade., as Normas de Contabilidade e, se for o caso, a legislação específica que rege as atividades da entidade	Identificação do Destinatário, parágrafo relativo à identificação das demonstrações contábeis e dos períodos auditados, a definição das responsabilidades da administração e dos auditores, a extensão dos trabalhos e a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis.
1997	Resolução CFC no 820/97	3 parágrafos	Parecer de Auditoria	Práticas de Contabilidade adotadas no Brasil., as Normas de Contabilidade e, se for o caso, a legislação específica que rege as atividades da entidade	Identificação do Destinatário, parágrafo relativo à identificação das demonstrações contábeis e dos períodos auditados, a definição das responsabilidades da administração e dos auditores, a extensão dos trabalhos e a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis.
2009	Resolução CFC no 1.231/09	6 parágrafos	Relatório dos Auditores Independentes	De acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.	Identificação do Destinatário, parágrafo relativo à identificação das demonstrações contábeis e dos períodos auditados, a definição das responsabilidades da administração e dos auditores, a extensão dos trabalhos, a suficiência da evidência de auditoria e a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis.
2016	NBC TA 700, DE 17 DE JUNHO DE 2016	Relatório mais amplo e detalhado	Relatório dos Auditores Independentes	De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB)	Identificação do Destinatário, parágrafo relativo à identificação das demonstrações contábeis e dos períodos auditados, a definição das responsabilidades da administração e dos auditores, a extensão dos trabalhos, a suficiência da evidência de auditoria, conclusão sobre a continuidade operacional da entidade auditada, descrição do trabalho executado sobre outras informações, descrição dos Principais Assuntos de Auditoria e as devidas respostas e tratativas a estes assuntos e a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e a divulgação do nome do sócio do trabalho.

Quadro 2 – Alterações ocorridas no relatório do auditor independente

Fonte: Elaborado pela autora a partir de resoluções do CFC (1972, 1991, 1997, 2009, 2016).

O primeiro relatório de auditoria emitido no Brasil segundo Ricardino e Carvalho (2004) foi feito pela empresa canadense Clarkson & Cross, hoje Ernest Young em 1903, referente a auditoria da filial brasileira de uma empresa multinacional. Conforme figura 01.

AUDITORS' CERTIFICATE.

We have audited the books and accounts of the Sao Paulo Tramway, Light and Power Company at the Head office in Toronto, Canada, from its inception in June, 1899, to 31st December, 1902, and hereby certify that all disbursements have been satisfactorily vouched and recorded. We have also audited the returns from the office at Sao Paulo of their operations, and find the result thereof to be correctly stated in the accompanying report.

CLARKSON & CROSS.

TORONTO, 9th April, 1903.

Figura 1 – Primeiro Relatório de Auditoria emitido no Brasil, emitido em 1903
Fonte: Ricardino e Carvalho (2004).

Depois de muitos estudos, pesquisas e *roundtables* realizados pelo IAASB desde 2006, devido a tantas dificuldades e pelo não atendimento às expectativas dos usuários, o auditor independente reelaborou o seu produto final, visando a melhorar a sua forma de comunicação, aumentando o *disclosure* de seus trabalhos realizados (OLIVEIRA, 2015).

2.2.1 Tipos de relatórios de auditoria

O relatório de auditoria é o resultado do trabalho do auditor em uma determinada companhia, existem alguns tipos de relatórios a serem emitidos conforme o resultado destes trabalhos.

Para Defliese (1984) o relatório dos auditores independentes consiste em um documento no qual o auditor expressa sua opinião sobre os relatórios contábeis, financeiros e controles internos, mencionando se estes foram efetuados de acordo com as normas contábeis e legislação vigente.

Se o trabalho estiver de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e o auditor não encontrar nenhuma ressalva, o seu relatório é denominado de relatório do auditor independente sem ressalva ou parecer limpo, como também é conhecido no mercado (PEREZ JUNIOR; FERNANDES; RANHA; CARVALHO, 2011).

Quando o auditor conclui que é necessária uma modificação em sua opinião sobre as demonstrações contábeis, ele expressa uma opinião modificada de acordo com a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

Conforme a NBC TA700 (2016) o auditor poderá emitir três tipos de opiniões modificadas, a saber: “Opinião com ressalva”, “Opinião adversa” e “Abstenção de opinião”. A decisão sobre que tipo de opinião modificada é apropriada depende:

- (a) da natureza do assunto que deu origem à modificação, ou seja, se as demonstrações contábeis apresentam distorção relevante ou, no caso de impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, podem apresentar distorção relevante; e
- (b) do julgamento do auditor sobre a disseminação de forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos do assunto nas demonstrações contábeis.

2.3 O Novo Relatório do Auditor Independente (NRA)

O NRA proporciona importantes alterações perante os interessados, passando a disponibilizar aos *stakeholders* informações das quais eles não tinham acesso por meio deste relatório.

Aos auditores, possibilitou uma descrição mais detalhada de sua responsabilidade e julgamentos, e maior interação com a alta administração e governança corporativa.

Para a alta administração, o NRA fornece uma descrição mais detalhada de sua responsabilidade, inclusive a responsabilidade pela continuidade operacional da companhia.

E para a governança corporativa, possibilita uma maior interação com o auditor, discutindo o relatório antes mesmo de sua divulgação.

Segundo Montgomery (2016), dirigente do IAASB, o objetivo do novo relatório é oferecer transparência aos usuários sobre procedimentos considerados relevantes pelo auditor e sobre o papel do auditor.

Conforme relata Nascimento, Maia, Façanha e Pinho (2019) a harmonização com as normas internacionais de contabilidade delegou mais responsabilidade aos contadores, incluindo os auditores, para os quais será necessário um maior nível de julgamento profissional e, conseqüentemente, uma maior exigência de conhecimento técnico.

2.3.1 Processo de criação do NRA

Conforme relata Agostineto (2016) o processo de criação do NRA teve início em 2006 e levou cerca de dez anos para ser concluído entre pesquisas, redação das normas, aprovação e divulgação das ISAs.

A princípio foram feitas diversas pesquisas acadêmicas em conjunto com um braço de auditoria do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) e *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) a nível mundial para identificar se os relatórios dos auditores independentes estavam atendendo as expectativas dos investidores.

No auge da crise econômica em 2008 o ímpeto por mais informações aumentava cada vez mais e em 2009 as pesquisas saíram do acadêmico e começaram a envolver os órgãos normatizadores e reguladores.

Segundo Matos e Cardoso (2017) o IAASB em 2011 coletou todas as pesquisas e divulgou papéis mais estruturados ao mercado para obter *feedbacks* de como agregar valor a um novo modelo de relatório do auditor.

Em maio de 2011, o IAASB recebeu um *feedback* internacional através do documento *Consultation Paper – “Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change”* e isso evidenciou a demanda por maior transparência sobre assuntos significativos (*significant matters*) das demonstrações contábeis e também como se dá a condução dos trabalhos de auditoria (OLIVEIRA, 2015).

Matos et al. (2018) relatam que após várias etapas de coleta de informações, o IAASB em 2012 realizou mesas de discussões e audiências públicas sobre o tema em todo o mundo para chegar em um documento que realmente atendesse as expectativas dos investidores.

Em 2013 o IAASB emitiu uma minuta de exposição sobre as primeiras alterações solicitadas pelo mercado e recebeu mais de 140 cartas comentário inclusive uma delas do Brasil que concordam de um modo geral com o texto.

A relevância dessas alterações motivou diversos *stakeholders* a se posicionarem junto ao IAASB, por meio de cartas-comentário, para influenciar o órgão emissor das normas internacionais de auditoria a atender aos seus interesses nos documentos finais (MATOS et al., 2018).

A aprovação das ISAs ocorreu no ano 2014, as publicações em 2015 e em 2016 passaram a vigorar nos países adeptos a estas normas, exceto o Reino Unido e a Holanda que em 2013 e 2014 sucessivamente já haviam adotado algumas mudanças.

As normas internacionais de auditoria emitidas pelo IAASB têm sido adotadas ou utilizadas como base para padrões nacionais de mais de 126 jurisdições por todo o mundo e serão mandatórias para as empresas listadas em bolsa dos respectivos países (OLIVEIRA, 2015).

Conforme Longo (2017) as normas internacionais de auditoria foram implantadas no Brasil com mais simplicidade devido a profissão ser autorregulamentada e não ter a necessidade de alteração na legislação e o CFC dispor do poder de emitir e exigir a aplicação destas normas por meio de emissão de normas técnicas chamadas de Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas de Auditoria (NBCs TA) que são traduções das *International Standards on Auditing* (ISA), conforme o quadro 3.

NBC	Resolução CFC	Norma	IFAC
NBC TA 260 (R2)	DOU 04/07/16	Comunicação com os Responsáveis pela Governança	ISA 260
NBC TA 570	DOU 04/07/16	Continuidade Operacional	ISA 570
NBC TA 700	DOU 04/07/16	Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	ISA 700
NBC TA 701	DOU 04/07/16	Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente	ISA 701
NBC TA 705	DOU 04/07/16	Modificações na Opinião do Auditor Independente	ISA 705
NBC TA 706	DOU 04/07/16	Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente	ISA 706

Quadro 3 – Normas Brasileiras de Auditoria revisadas em 2016

Fonte: Elaborado pela autora.

As principais mudanças no NRA ocorreram em sua estrutura e na inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs), conforme o quadro 4.

SEÇÃO	DESCRIÇÃO
Opinião	Mantém o conteúdo transferindo o texto do fim para o início do relatório.
Base de opinião	Inclui declaração sobre a independência do auditor.
Incerteza material relacionada com a continuidade operacional (se aplicável)	Incerteza material em relação à continuidade operacional (<i>going concern</i>) descrita em uma seção separada (<i>close calls</i>).
Principais Assuntos de Auditoria (PAAs)	Nova seção requerida para auditoria de empresas listadas nas demais entidades a divulgação é opcional.
Outras informações	Nova seção detalhando a responsabilidade do auditor sobre outras informações que acompanham as demonstrações financeiras (por exemplo: Relatório da Administração) e o resultado dos procedimentos aplicados sobre elas.
Responsabilidade da administração	Ampliada para incluir explicação sobre a responsabilidade da administração em relação à continuidade operacional.
Responsabilidade do auditor	Descrição mais abrangente das responsabilidades do auditor inclusive com relação à continuidade operacional

Quadro 4 – Visão geral das mudanças no novo relatório do auditor independente.

Fonte: PwC, 2016, p. 16.

A seguir, no quadro 5, apresenta-se uma visão geral dos itens da estrutura do relatório antes a após a criação do NRA.

Itens	Estrutura antes do NRA	Estrutura do NRA
I.	Título	Título
II.	Destinatário	Destinatário
III.	Parágrafo introdutório	Opinião do auditor
IV.	Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis	Base para a opinião
V.	Responsabilidade do auditor	Principais assuntos de auditoria
VI.	Opinião do auditor	Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
VII.	Assinatura do auditor	Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
VII.	Data do relatório e endereço do auditor	Responsabilidade do auditor
VII.		Assinatura do auditor
IX.		Data do relatório e endereço do auditor

Quadro 5 – Estrutura do relatório de auditoria antes e após NRA

Fonte: Elaborado pela autora.

2.3.2 Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

O PAA é um novo item do relatório de auditoria e um dos principais motivos da criação do NRA, pois é através deste item que os auditores divulgarão as áreas de maior foco de seu trabalho dentro de uma empresa, ou seja, as áreas que o auditor julgue de maior risco em determinado momento e que demandaram um maior tempo de seu trabalho.

Para as companhias listadas segundo Coelho (2017) a mudança mais relevante no Novo Relatório do Auditor foi a inclusão da seção Principais Assuntos de Auditoria.

Santos, Machado L. e Machado M. (2019) também consideram os PAAs a principal mudança no relatório e que são denominados pelo IAASB como *Key Audit Matters* (KAM) e pelo PCAOB de *Critical Audit Matters* (CAM).

Conforme a NBC TA 701 (2016) os Principais Assuntos de Auditoria são assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e foram os selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança.

Segundo Bedard, Gonthier-Besacier, e Schatt (2014) a divulgação dos principais assuntos de auditoria não é completamente nova, na França desde 2003 os auditores já incluíam em seus relatórios comentários, chamados Justificativa de Avaliações (JOA), muito semelhantes aos principais assuntos de auditoria, na medida em que possibilitam “[...] permitir ao utilizador do relatório obter uma melhor compreensão das razões por detrás da opinião dos revisores oficiais de contas sobre as demonstrações financeiras” (HAUT CONSEIL DES COMMISSAIRES AUX COMPTES, 2006).

A comunicação dos principais assuntos de auditoria visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada. A comunicação dos principais assuntos de auditoria fornece informações adicionais aos usuários previstos das demonstrações contábeis, para auxiliá-los a entender os assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. A comunicação dos principais assuntos de auditoria também pode ajudar os usuários previstos das demonstrações contábeis a entender a entidade e as áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações contábeis auditadas. (CFC, 2016)

Avaliação do IAASB em países que já implementaram o novo modelo de relatório, onde o auditor comunica em seu relatório os Principais Assuntos de Auditoria (PAA), indica que os usuários do relatório de auditoria perceberam melhoria na transparência e qualidade da informação (MONTGOMERY, 2016).

Conforme o IBRACON (2019) o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) foi constituído em 1971 quando a auditoria independente passou a ser obrigatória para as empresas de capital aberto no Brasil. Por ser parceiro do IFRS *Foundation*, tornou-se a entidade autorizada a traduzir o Livro Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo IAASB e com isso, participou e participa no processo de convergência de normas internacionais em todos os seus estágios, inclusive na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e no desenvolvimento de seus trabalhos. E também em conjunto com o CFC foram os responsáveis pela tradução de todas as ISAs.

O IBRACON realizou uma pesquisa com todas as empresas listadas na bolsa de valores do Brasil B3 e identificou de forma geral e por setor de atividade, quais foram os Principais Assuntos de Auditoria listados nos relatórios do auditor independente emitidos nos anos de 2016 e 2017.

Segundo o IBRACON (2018) essa pesquisa referente aos relatórios de 2016 abrangeu um total de 546 companhias que obtiveram uma média de 2,43 PAAs emitidos por relatório, e os principais assuntos foram: Provisão para Passivos Contingentes, Reconhecimento Receita, Valor Recuperável de Ativos não Financeiros. Com uma concentração de 87% nestes 3 assuntos.

A pesquisa referente aos relatórios de 2017 abrangeu um total de 564 companhias que obtiveram uma média de 2,49 PAAs emitidos por relatório, e os principais assuntos foram os mesmos apresentados em 2016, com uma concentração de 88% nos mesmos 3 assuntos.

2.3.3 Governança corporativa

Segundo Silveira (2002), a governança corporativa é o principal foco das discussões aplicadas à alta gestão no mundo, aumentando consideravelmente após 2002, quando grandes empresas como Enron, Worldcom, Xerox e outras foram condenadas por fraudes contábeis, com adulteração de balanços e negociação de valores mobiliários das companhias por gestores que detinham informações privilegiadas.

Com o objetivo em recuperar a confiança abalada dos investidores no mercado de capitais em 30 de julho de 2002, foi introduzida a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) como reação a estes sucessivos escândalos contábeis que atingiram estas grandes corporações.

Para Tirole (2006) a governança seria o caminho em que os suprimentos das finanças das corporações asseguram-se de obter um retorno sobre o investimento deles.

Conforme Silva e Robles Junior (2008) dentre as principais medidas relacionadas pela SOX está a exigência de um novo patamar de governança corporativa.

Vários mecanismos de governança corporativa, inclusive jurídicos, foram desenvolvidos com o objetivo de ajudar os acionistas minoritários a evitar perdas e melhorar a divulgação de informações e a proteção de investidores, especialmente pessoas físicas (RIPAMONTI; KAYO, 2016).

Para Dantas (2012), os auditores independentes possuem o papel de agentes intermediários da divulgação financeira, reduzindo a assimetria de informações entre gestores e usuários externos das demonstrações contábeis.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2019) relata que a Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/quotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar seu valor perante a sociedade, facilitar o seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Segundo Nascimento et al. (2019) o que efetivamente mudou no trabalho do auditor após a introdução do NRA foi a comunicação com os órgãos de governança e a transparência obtida com esse processo, provocando assim um maior envolvimento dos órgãos em questão com o trabalho de auditoria.

A NBC TA 260 (R2) reforça o quanto é importante à comunicação com a governança, à reciprocidade da relação entre auditor e a empresa auditada para conclusão dos trabalhos com segurança e eficácia (CFC, 2016).

2.4 Pesquisas realizadas sobre o tema “NRA”

A seguir, apresenta-se algumas das principais publicações sobre o NRA nos últimos cinco anos, compreendendo o período de 2015 a 2019.

As pesquisas abordaram diferentes aspectos sobre o relatório do auditor e ambas contribuíram com informações para esta pesquisa.

Oliveira (2015) analisou se as normas das principais jurisdições podem auxiliar na delimitação da responsabilidade do auditor.

Pierri Jr. et al. (2015) identificou os motivos relacionados aos pronunciamentos contábeis que resultaram em modificação de opinião, parágrafos de ênfases e/ou de outros

assuntos nos relatórios de auditoria das empresas negociadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3).

Roxo e Bonotto (2016) analisaram as principais alterações no relatório de auditoria, observando as alterações nas normas contábeis vigentes no Brasil.

Gilioli (2017) identificou os tipos de relatórios emitidos para todas as empresas listadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3), emitidos entre 2011 e 2015.

Matos e Cardoso (2017) realizaram um experimento com investidores sobre o efeito que o KAM tem sobre a análise das demonstrações financeiras, sobre a percepção de qualidade das demonstrações financeiras e do trabalho de auditoria assim como sobre a propensão a investir na companhia .

Matos et al. (2018) pesquisaram se o IAASB, órgão regulador das atividades de auditoria no âmbito internacional, é influenciado ou não pelo *lobbying* dos diferentes grupos de interesse, realizado por meio de cartas-comentário, em especial os auditores e reguladores, sejam individualmente ou quando se unem em coalizões.

Nascimento et al. (2019) analisaram a percepção de auditores das *Big Four* acerca do Novo Relatório de Auditor Independente após a emissão da NBC TA 701.

O quadro 6 apresenta uma síntese das pesquisas com seus objetivos e resultados.

Fonte	Tema da Pesquisa	Objetivos de Pesquisa	Resultados
ROXO, G.; BONOTTO, M. M. Congresso de Controladoria e Finanças. São Leopoldo, 2016.	Análise das alterações nas normas de auditoria à luz do novo relatório de auditoria independente	Analisar e apresentar as principais alterações no Relatório de Auditoria, observando as alterações nas normas contábeis vigentes no Brasil.	Houve uma substancial alteração na estrutura do relatório do auditor com o acréscimo dos PAAs e com a alteração no parágrafo de Continuidade Operacional e na disposição do relatório. A opinião do auditor foi para o primeiro parágrafo. Observou-se uma tendência de personalização do relatório de auditoria, tendo em vista a necessidade de abordagem de assuntos específicos para cada entidade, e uma maior aproximação entre a auditoria e a empresa auditada no sentido de aprofundar as discussões acerca da extensão e natureza do trabalho a ser realizado.
OLIVEIRA, P. A. de. 2015. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais PUC-SP)	A mudança no relatório do auditor independente em resposta as expectativas de mercado: um auxílio na delimitação de sua responsabilidade?	Analisar se quesitos-chave das normas das principais jurisdições podem auxiliar na delimitação da responsabilidade do auditor, como também as apreciações de relatórios de duas empresas auditadas do Reino Unido e Holanda e, a partir disso, como consideração geral.	constata-se que a mudança na forma da comunicação do auditor independente é um grande passo e evidencia que os auditores passaram a atentar às reivindicações de seus usuários.
PIERRI Jr., M. A. et al. / 2015. Artigo Revista de Finanças e Contabilidade da UNIMEP	Pronunciamentos contábeis: um estudo dos relatórios de auditoria das companhias negociadas na bm&fbovespa	O objetivo deste estudo foi identificar os motivos relacionados aos pronunciamentos contábeis que resultaram em modificação de opinião, parágrafos de ênfases e/ou de outros assuntos nos relatórios de auditoria das empresas negociadas na BM&FBovespa.	Pronunciamentos Contábeis mais mencionados nos parágrafos de base para opinião modificada foram o CPC 26, CPC 32 e CPC 14, sobre questões de continuidade, tributos a recuperar e operações com instrumentos financeiros, respectivamente. Nos parágrafos de ênfases, além do CPC 26, entre os motivos mais frequentes estavam, reapresentação das demonstrações (CPC 23), características especiais de reconhecimento de receitas das entidades de incorporação imobiliária (ICPC 02), e transações entre a empresa auditada e suas partes relacionadas (CPC 05).
GILIOLI, A. 2017. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais PUC-SP)	Contribuição para avaliação dos tipos de relatórios de auditoria: um estudo voltado às empresas listadas na BM&FBovespa entre 2011 e 2015.	Contribuição para avaliação dos tipos de relatórios de auditoria	As Big Four tendem a emitir mais relatórios sem ressalvas quando comparados com as Non-Big-Four, o que leva a considerar que os clientes das empresas Big Four são mais conservadores contabilmente e com menor probabilidade de ressalvas em seus relatórios.
MATOS, T. M. P.; CARDOSO, R. L. O i. 3 CONGRESSO UnB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA de 29 a 01 de dezembro de 2017. Brasília-DF. 2017.	impacto de <i>Key Audit Matters</i> (KAM) sobre a análise das demonstrações contábeis e sobre a propensão a investir.		Os resultados sugerem que o investidor valoriza relatórios de auditoria que apresentam os resultados dos procedimentos efetuados nas áreas consideradas como as mais significativas pelo auditor, dado que percebe qualidade significativamente maior nas demonstrações financeiras e no trabalho do auditor, embora não haja diferença significativa de propensão a investir. Além disso, a presença de parágrafos de KAM serviu como direcionador para a leitura das demonstrações financeiras pelos investidores. Estes resultados suportam empiricamente a argumentação de que prover mais informações no relatório dos auditores é relevante para os investidores.
MATOS, T. M. P. et al. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, v. 29, n. 77, p. 246-265, mai./ago. 2018.	<i>Lobbying</i> na regulação de auditoria no âmbito do IAASB.	Avaliar se os posicionamentos de auditores e reguladores e suas respectivas coalizões quanto às propostas do <i>International Auditing and Assurance Standards Board</i> (IAASB) na última fase de consulta pública do projeto <i>Improving the Auditor's Report</i> são significativamente diferentes, bem como se a estratégia de lobbying por meio do envio de cartas-comentário é efetiva.	Os resultados são mistos, tendo o IAASB atendido aos interesses diferentes quando da emissão final das normas alteradas por esse projeto, o que demonstra que o órgão sujeitou-se às pressões dos diferentes grupos de interesse envolvidos no processo de desenvolvimento de normas de auditoria.
NASCIMENTO, I. C. S. et al. 2019. Artigo da revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, mai /ago, 2019	Percepção de Auditores das <i>Big Four</i> sobre o Novo Relatório de Auditor Independente	O objetivo consiste em analisar a percepção de auditores das <i>Big Four</i> acerca do Novo Relatório de Auditor Independente após a emissão da NBC TA 701.	O relatório dos auditores independentes se tornou mais informativo e melhorou a comunicação entre auditores e governança corporativa. A principal barreira foi fazer com que os clientes, principalmente as grandes empresas, pudessem entender efetivamente o que estava sendo aplicado no primeiro ano de implementação. Por fim, destaca-se que os assuntos de maior relevância e as áreas avaliadas como de maior risco, sob a óptica dos entrevistados.

Quadro 6 – Síntese das pesquisas realizadas nos últimos quatro anos

Fonte: Elaborado pela autora.

3 METODOLOGIA APLICADA A PESQUISA

3.1 Metodologias quali-quantitativas

Este estudo classifica-se como descritivo e documental com abordagem qualitativa.

Foram analisados os relatórios dos auditores independentes referentes as demonstrações financeiras emitidas após a introdução do NRA, ou seja, entre os anos de 2016 e 2018 que somaram um total de 63 relatórios.

As empresas selecionadas foram 21 das ganhadoras do Troféu Transparência dos anos de 2017 e 2018 participantes dos mesmos setores de atuação, conforme quadro 7.

Empresas		Setor de Atuação	Empresas		Setor de Atuação
1	SABESP	Água e Saneamento	12	Rio Paranapanema/CTG	Energia Elétrica
2	SANEPAR	Água e Saneamento	13	CTEEP	Energia Elétrica
3	Embraer	Transporte	14	Localiza	Locação Veículos
4	Marcopolo	Transporte	15	Unidas	Locação Veículos
5	CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais	Transporte	16	Telefônica Brasil	Telecomunicação
6	Engie	Energia Elétrica	17	Algar Telecom	Telecomunicação
7	CESP	Energia Elétrica	18	Guararapes	Vestuário
8	Eletrobras	Energia Elétrica	19	Grendene	Vestuário
9	EDP	Energia Elétrica	20	M. Dias Branco	Alimentos
10	AES Tietê	Energia Elétrica	21	J Macedo	Alimentos
11	Energisa	Energia Elétrica			

Quadro 7 – Empresas selecionadas

Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - ANEFAC (2018) o Troféu Transparência é uma premiação criada desde 1997 através de uma parceria entre a ANEFAC, SERASA EXPERIEN e FIPECAFI com o objetivo de reconhecer as empresas que possuem as melhores práticas de transparência em informações contábeis, publicadas ao mercado por meio de suas demonstrações financeiras.

A comissão julgadora do Troféu Transparência é formada por contadores com renomada experiência na área contábil, que avaliam o grau das informações contidas nas demonstrações e notas explicativas, a transparência das informações prestadas, a qualidade e consistência do relatório de administração e a aderência aos princípios contábeis, no exercício do ano anterior à premiação.

As análises qualitativas foram realizadas através de pesquisas descritiva e documental, com o objetivo de verificar as estruturas, customizações, os PAAs e os tipos de relatórios emitidos.

Para verificar se as estruturas dos relatórios estavam de acordo com a NBC TA 700 foi utilizada a pesquisa bibliográfica que segundo Martins e Theóphilo (2016) procura explicar e discutir temas com base em referências já publicadas. E teve como fonte central a Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria Independente NBC TA 700, que entrou em vigor em dezembro de 2016.

Estrutura é a organização, disposição e ordem dos elementos essenciais que compõe um corpo e a NBC TA 700 é a norma que dispõe da estrutura destes relatórios.

Para a análise da customização dos relatórios, foi realizada uma leitura minuciosa dos PAAs emitidos, comparando seus textos por: Auditores, empresas de auditoria, empresa auditada e por setor de atuação. Averiguando a existência de textos padronizados.

Customização é uma palavra empregada no sentido de personalização, assim como específico é empregado como exclusivo e destinado exclusivamente a um indivíduo ou a um caso.

A pesquisa descritiva caracterizada pelo levantamento de dados, utilizando a técnica de análise documental foi realizada nos 63 relatórios dos auditores independentes.

Cunha, Beuren e Pereira (2009) relatam que a técnica de análise documental é utilizada com uma certa frequência nas pesquisas em contabilidade, sobretudo quando se deseja analisar o comportamento de determinado setor da economia.

Os dados para a análise documental foram coletados no site da bolsa de valores oficial do Brasil, denominada B3, divulgados no item relatórios estruturados, de cada empresa listada.

3.1.1 Legibilidade *Flesch*

A análise quantitativa foi realizada através da fórmula *Flesch Reading Ease* desenvolvida por Rudolf Flesch, já havia sido testada nos estudos de (MARTINS et al., 1996; SILVA, 2017; SILVA W. et al, 2017; TELLES, 2018; ZOBARAN, 2019) para identificar a clareza dos relatórios através da análise da legibilidade.

Para Klare (1963) a legibilidade significa a facilidade de entendimento ou compreensão de um texto devido ao estilo de escrita.

Conforme Sá (2000) quem se utiliza de um parecer técnico busca uma opinião sobre o que desconhece e, sendo leigo, precisa que a linguagem a ele transmitida esteja de acordo com o alcance da cultura do mesmo.

Segundo Zobaran (2019) a legibilidade está relacionada com a facilidade de leitura de um texto, geralmente considerando variáveis como tamanho das frases, quantidade média de palavras e nas palavras a quantidade média de sílabas e/ou letras.

Em 1943, Rudolf Flesch desenvolveu uma fórmula estatística com o objetivo de medir a legibilidade (dificuldade de compreensão). A fórmula foi baseada na contagem de três elementos de linguagem: tamanho médio da sentença em palavras, número de afixos e número de referências a pessoas (ZOBARAN, 2019).

As pesquisas quantitativas são aquelas em que os dados e as evidências podem ser quantificados, mensurados. Os dados são filtrados, organizados e tabulados, enfim preparados para serem submetidos a técnicas e/ou testes estatísticos (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

Portanto o índice *Flesch* é uma análise quantitativa que considera a quantidade de sílabas por palavras e a quantidade de palavras por sentença, que quanto maior o tamanho das palavras e das sentenças, mais difícil é a leitura de um texto, classificado em uma escala de zero (difícil) a 100 (muito fácil), conforme a quadro 8.

Facilidade de compreensão	<i>Flesch Reading Ease</i> (índice)	Grau de escolaridade estimado
Muito Difícil	0 – 30	Universitário completo
Difícil	30 – 50	Ensino médio completo ou Universitário incompleto
Relativamente Difícil	50 – 60	Ensino Médio incompleto
Padrão	60 – 70	7º ou 9º ano
Relativamente Fácil	70 – 80	6º ano
Fácil	80 – 90	5º ano
Muito Fácil	90 – 100	4º ano

Quadro 8 - Escala de resultado índice *Flesch*

Fonte: Adaptado de FLESCHE (1948); LYRA e AMARAL (2012); ZOBARAN (2019).

Vale destacar que estudos empíricos anteriores sobre legibilidade, utilizando o modelo proposto por Flesch, inclusive já concluíram que os textos mais acessíveis tendem a atrair mais leitores (MURPHY, 1947).

Para a análise da amostra desta pesquisa foi utilizada a ferramenta de revisão de gramática do *software* Microsoft Office Word 2010 versão em português que faz a análise de legibilidade Flesch.

Os Relatórios de auditoria da amostra foram convertidos para Microsoft Word excluindo os cabeçalhos.

3.1.2 Matriz de amarração

Para melhor compreensão do problema de pesquisa, seus objetivos, referencial teórico e técnicas utilizadas no tratamento dos dados foi criada uma matriz de amarração, que conforme afirma Mazzon (1981) todos os trabalhos acadêmicos deveriam apresentar em seu corpo, para melhor compreensão da pesquisa.

1 Introdução	
1.1 Situação Problema	Os Novos Relatórios do Auditor Independente demonstram que os objetivos que motivaram a sua criação foram atendidos, considerando a NBC TA 700 e incluindo mais informações customizadas e de fácil leitura?
1.2 Objetivos	<p>Geral O objetivo geral deste estudo é evidenciar se os novos relatórios denominados NRA apresentam itens que demonstrem que os objetivos que motivaram a sua alteração foram atendidos, considerando a NBC TA 700 e incluindo mais informações customizadas e de fácil leitura.</p> <p>Específicos 1. Analisar a estrutura dos relatórios para identificar a aplicação da NBC TA 700; 2. Identificar nos textos dos Principais Assuntos de Auditoria itens que demonstrem customização ou padronização dos relatórios por auditores, empresas de auditoria e setores de atuação; 3. Verificar quais foram os Principais Assuntos de Auditoria e a quantidade de PAAS emitidos; 4. Verificar o nível de legibilidade dos novos relatórios; 5. Levantar os tipos de relatórios emitidos após a introdução do NRA;</p>
1.3 Justificativas e Contribuições	A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de evidenciar as alterações que ocorreram no relatório do auditor, quais foram os tipos de relatórios emitidos após estas mudanças, e se os relatórios estão atendendo os objetivos que motivaram a sua criação, tais como: mais informações sobre o trabalho realizado pelo auditor, com mais clareza e total customização dos relatórios emitidos.
1.4 Delimitação da Pesquisa	O objeto desta pesquisa são os 63 novos relatórios de auditoria emitidos entre os anos de 2016 e 2018 das empresas ganhadoras do Prêmio Troféu Transparência dos anos de 2017 e 2018, listadas na bolsa de valores do Brasil, que participam do mesmo setor de atuação, que somam o total de 21 empresas.
1.5 Estrutura da Pesquisa	Capítulo 1 – é composto de uma breve introdução sobre o tema estudado, onde foi descrita a situação problema, os objetivos do estudo, a justificativa para a escolha do tema e a estrutura do trabalho. Capítulo 2 - discorre sobre a fundamentação teórica da pesquisa. Capítulo 3 – neste capítulo é apresentado de forma detalhada, a metodologia utilizada para a confecção do presente estudo. Capítulo 4 – discute-se sobre o resultado do estudo comparativo entre os descritos nos capítulos 2 e 3 segundo os objetivos deste estudo descritos no capítulo 1. Capítulo 5 – apresenta as considerações finais acerca deste estudo.
2 Fundamentação Teórica	2.1. Auditoria e o auditor independente 2.2. Relatório dos auditores independentes 2.2.1. Tipos de relatórios de auditoria 2.3. O Novo Relatório do Auditor Independente (NRA) 2.3.1 Processo de criação do NRA 2.3.2. Principais Assuntos de Auditoria (PAA) 2.3.3. Governança Corporativa 2.4. Pesquisas realizadas sobre o tema “NRA”
3 Metodologia Aplicada	1. Estudo descritivo e documental com abordagem quali-quantitativo. 2. Qualitativa - Bibliográfica como fonte principal as Normas Brasileiras de Auditoria Independente. 2. Qualitativa - Pesquisas descritivas caracterizadas pelo levantamento de dados, utilizando a técnica de análise documental nos novos relatórios de auditoria. 3. Quantitativa - Análise de legibilidade (<i>readability</i>) dos novos relatórios de auditoria utilizando a fórmula: <i>Flesch Reading Ease</i> .
4 Análise dos dados	<p>4.1 Análise dos Novos Relatórios do Auditor Independente (NRA) 4.1.1 Análise estrutural 4.1.2 Análise da customização 4.1.2.1 Análise por auditor 4.1.2.2 Análise por empresa de auditoria 4.1.2.3 Análise por empresa auditada 4.1.3 Análise por setor de atuação Principais Assuntos de Auditoria (PAA) 4.1.3.1 PAAs 2016 4.1.3.2 PAAs 2017 4.1.3.3 PAAs 2018 4.1.4 Nível de Legibilidade Flesch 4.1.5 Tipos de relatórios emitidos após o NRA</p>

<p>5 Considerações finais e Conclusão</p>	<p>Os resultados demonstraram que as estruturas dos relatórios estavam 100% de acordo com a NBC TA 700, alguns relatórios estavam padronizados ao invés de estarem customizados e a legibilidade de 100% dos relatórios estão com índice a baixo de 30, ou seja, muito difícil, com uma legibilidade voltada para usuários com no mínimo graduação completa. A média foi de 3 PAAs emitidos por empresa, com relatórios entre 1 e 6 PAAs apontados. Os três principais assuntos somaram 65,62% do total abordados e foram respectivamente, Provisão para Passivos Contingentes 28,12%, Valor Recuperável de Ativos não Financeiros e Reconhecimento de Receita, ambos com 18,75%. Quanto aos tipos de relatórios emitidos, 100% foram sem ressalvas e 20,64%, continham parágrafos de ênfase. Assim pode ser observado que alguns itens que motivaram a criação do NRA foram atendidos como: mais transparência e informação através dos PAAs. E outros ainda não foram totalmente atendidos como: customização e clareza</p>
<p>Referências</p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 260 (R2) - Comunicação com os Responsáveis pela Governança”. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA260R2.pdf. Acesso em: 07 mai. 2018.</p> <p>_____. NBC TA 570 - Continuidade Operacional”. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA570.pdf. Acesso em: 07 mai. 2018.</p> <p>_____. NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf. Acesso em: 07 mai. 2018.</p> <p>_____. NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf. Acesso em: 07 mai. 2018.</p> <p>_____. NBC TA 705 - Modificações na opinião do Auditor Independente. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf. Acesso em: 07 mai. 2018.</p> <p>_____. NBC TA 706 - Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente”. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA706.pdf. Acesso em: 07 mai. 2018.</p> <p>LONGO, C. G. Relatórios de Auditoria. São Paulo: Trevisan, 2017.</p> <p>OSTWALD, M. et al. O Novo Relatório do Auditor Independente. 20 Congresso Brasileiro de Contabilidade. Fortaleza: 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A5A0oXq2TeM. Acesso em: 07 mai. 2018.</p> <p>GILIOLI, A. Contribuição para avaliação dos tipos de relatórios de auditoria: um estudo voltado às empresas listadas na BM&FBovespa entre 2011 e 2015. São Paulo: PUC-SP, 2017. (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuárias).</p> <p>ZOBARAN, R. Legibilidade (readability) das demonstrações contábeis: uma análise da facilidade de leitura das notas explicativas das companhias abertas. 2019. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuárias) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuárias, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.</p> <p>ROXO, G.; BONOTTO, M. M. da S. Análise das Alterações nas Normas de Auditoria á Luz do Novo Relatório de Auditoria Independente. <i>In</i>: Congresso de Controladoria e Finanças, 3., São Leopoldo, 2016. Anais... São Leopoldo: COFIN, 2016. NASCIMENTO, Í. C. S.; MAIA, A. J. R.; FAÇANHA, M. C.; PINHO, A. P. M. Percepção de Auditores das <i>Big Four</i> sobre o Novo Relatório de Auditor Independente. <i>Sociedade, Contabilidade e Gestão</i>, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, mai/ago, 2019. Disponível em: https://revistas.ufri.br/index.php/scg/article/view/15913. Acesso em: 16 jun. 2019.</p> <p>MATOS, T. M. P.; CARDOSO, R. L. O impacto de <i>Key Audit Matters</i> (KAM) sobre a análise das demonstrações contábeis e sobre a propensão a investir. 3 Congresso UnB de contabilidade e governança corporativa de 29 a 01 de dezembro de 2017. Brasília-DF. 2017.</p> <p>MATOS, T. M. P. et al. Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB. <i>R. Cont. Fin. – USP</i>, São Paulo, v. 29, n. 77, p. 246-265, mai./ago. 2018.</p> <p>PIERRI Jr., M. A. et al. Pronunciamentos contábeis: um estudo dos relatórios de auditoria das companhias negociadas na bm&fbovespa. Artigo Revista de Finanças e Contabilidade da UNIMEP. 2015.</p>

Quadro 9 – Matriz de amarração

Fonte: Elaborado pela autora com base em Takashi e Fischer (2009) e Telles (2018).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO

O objetivo dessa pesquisa consistiu em responder a seguinte questão: Os Novos Relatórios do Auditor Independente demonstram que os objetivos que motivaram a sua criação foram atendidos, considerando a NBC TA 700 e incluindo mais informações customizadas e de fácil leitura.

Para responder esta questão foram pesquisados os seguintes itens:

- a) A estrutura dos relatórios, se estavam de acordo com a NBC TA 700, contemplando todos os itens obrigatórios e sua ordem cronológica;
- b) Os Principais Assuntos de Auditoria, se os textos estavam customizados ou se apresentavam padronização;
- c) Quais foram os Principais Assuntos de Auditoria e a quantidade de PAAs emitidos para a amostra desta pesquisa comparando com a o resultado da pesquisa realizada pelo IBRACON 2016 e 2017 que a amostra contemplou todas as empresas listadas na B3;
- d) O nível de legibilidade dos novos relatórios, através do teste de legibilidade Flesh;
- e) Quais foram os tipos de relatórios emitidos após a introdução do NRA;

4.1 Análise dos Novos Relatórios do Auditor Independente (NRA)

Os 63 novos relatórios foram emitidos entre cinco empresas de auditoria, Ernst & Young (EY), PricewaterhouseCoopers (PwC), KPMG, Deloitte e BDO. Com uma maior participação das *Big Four*, que emitiram 93,64% dos relatórios, destacando a EY, com 34% conforme tabela 1.

Tabela 1 – Empresas de auditoria emissoras dos NRAs.

Empresas de Auditoria	2016	%	2017	%	2018	%	Total 3 anos	%
EY	6	28,57	8	38,09	8	38,09	22	34,92
Pwc	5	23,8	6	28,57	6	28,57	17	26,98
KPMG	7	33,33	3	14,28	3	14,28	13	20,63
DELOITTE	3	14,28	2	9,52	2	9,52	7	11,11
BDO	0	0	2	9,52	2	9,52	4	6,34

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.1 Análise estrutural

Foram analisados 14 itens estruturais dos relatórios para identificar se estavam de acordo com a NBC TA 700, e os resultados estão apresentados por ano conforme tabela 2.

Tabela 2 – NBC TA 700 x Estrutura dos novos relatórios

NBC TA 700	2016	2017	2018
Título	100%	100%	100%
Destinatário	100%	100%	100%
Opinião do auditor	100%	100%	100%
Base para opinião	100%	100%	100%
Continuidade operacional	100%	100%	100%
Principais assuntos de auditoria	100%	100%	100%
Outras informações	100%	100%	100%
Responsabilidades pelas demonstrações contábeis	100%	100%	100%
Responsabilidades do auditor independente	100%	100%	100%
Outras responsabilidades relativas à emissão do relatório	100%	100%	100%
Nome do sócio ou responsável técnico	100%	100%	100%
Assinatura do auditor	100%	100%	100%
Endereço do auditor independente	100%	100%	100%
Data do relatório do auditor	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

O resultado da análise estrutural identificou que 100% dos relatórios emitidos entre os anos de 2016 a 2018 estavam com as suas estruturas de acordo com a norma, contemplando todos os itens obrigatórios e suas sequencias cronológicas.

Segundo Coelho (2017) a reordenação do relatório e a descrição aprimorada das responsabilidades do auditor e da administração permitem melhor compreensão por parte dos usuários.

4.1.2 Análise da customização

Foram analisados os Principais Assuntos de Auditoria de todos os 63 relatórios, averiguando se os textos apresentavam padronização ou customização conforme a particularidade de cada empresa e o julgamento de cada auditor.

As análises dos relatórios emitidos entre os anos de 2016 a 2018 tiveram as seguintes comparações:

- a) textos emitidos pelo mesmo auditor para a mesma empresa, verificando se houve padronização de texto por auditor;
- b) textos emitidos por diferentes auditores da mesma empresa de auditoria para a mesma empresa, verificando se houve padronização de texto por empresa de auditoria;
- c) textos emitidos por diferentes auditores de diferentes empresas de auditoria, para a mesma empresa, verificando se houve textos padronizados por empresa auditada;
- d) textos emitidos por iguais ou diferentes auditores e empresas de auditoria, para empresas do mesmo setor de atuação, verificando se houve textos padronizados por setores de atuação.

4.1.2.1 Análise por auditor

Nesta análise foram verificados os textos dos principais assuntos de auditoria dos relatórios emitidos pelos mesmos auditores para a mesma empresa, as 15 empresas que apresentaram estas características e os relatórios analisados estão listados no quadro 10 onde os nomes dos auditores estão sendo representados pelas letras do alfabeto de A a O.

Empresas	Setor de Atuação	2016		2017		2018	
SABESP	Água e Saneamento			KPMG	A	KPMG	A
Marcopolo	Transporte			PwC	B	PwC	B
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais	Energia Elétrica			EY	C	EY	C
Engie	Energia Elétrica			DELOITTE	D	DELOITTE	D
CESP	Energia Elétrica			BDO	E	BDO	E
Eletrobras	Energia Elétrica	KPMG	F	KPMG	F	KPMG	F
EDP	Energia Elétrica	PwC	G	PwC	G		
AES Tietê	Energia Elétrica	EY	H	EY	H	EY	H
Energisa	Energia Elétrica			EY	I	EY	I
Rio Paranapanema/CTG	Energia Elétrica			PwC	J	PwC	J
CTEEP	Energia Elétrica	EY	K	EY	K		
Algar Telecom	Telecomunicação	EY	L	EY	L	EY	L
Guararapes	Vestuário			EY	M	EY	M
M. Dias Branco	Alimentos	PwC	N	PwC	N		
J Macedo	Alimentos			EY	O	EY	O

Quadro 10 – Empresas auditadas pelos mesmos auditores entre 2016 e 2018

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta análise foram identificados alguns textos de PAAs padronizados emitidos pelo mesmo auditor para a mesma empresa auditada em relatórios de auditoria dos anos 2017 e 2018, conforme exemplos apresentados na figura 2.

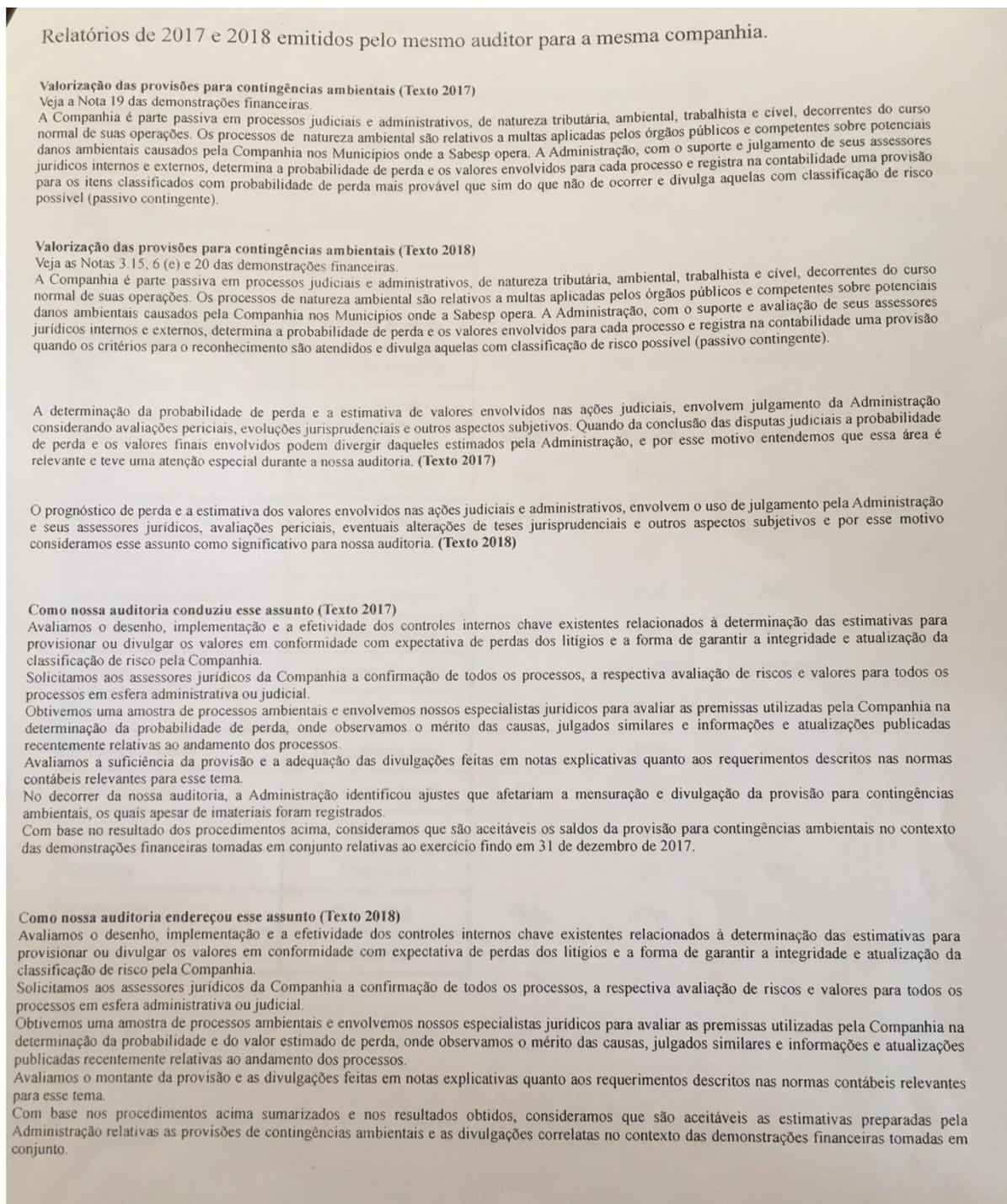


Figura 2 – Exemplos de textos dos PAAs padronizados por Auditor
 Fonte: Relatórios de auditoria emitidos em 2017 e 2018.

4.1.2.2 Análise por empresa de auditoria

Nesta análise foram verificados os textos dos principais assuntos de auditoria dos relatórios emitidos pelas mesmas empresas de auditoria, as 21 empresas que apresentaram estas características e os relatórios analisados estão listados no quadro 11.

Empresas	Setor Atuação	2016	2017	2018
SABESP	Água e Saneamento	KPMG	KPMG	KPMG
SANEPAR	Água e Saneamento		BDO	BDO
Embraer	Transporte		PwC	PwC
Marcopolo	Transporte		PwC	PwC
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais	Energia Elétrica		EY	EY
Engie	Energia Elétrica		DELOITTE	DELOITTE
CESP	Energia Elétrica		BDO	BDO
Eletrobras	Energia Elétrica	KPMG	KPMG	KPMG
EDP	Energia Elétrica	PwC	PwC	
AES Tietê	Energia Elétrica	EY	EY	EY
Energisa	Energia Elétrica		EY	EY
Rio Parapanema/CTG	Energia Elétrica		PwC	PwC
CTEEP	Energia Elétrica	EY	EY	EY
Localiza	Locação Veículos		DELOITTE	DELOITTE
Unidas	Locação Veículos	KPMG	KPMG	
Telefônica Brasil	Telecomunicação		PwC	PwC
Algar Telecom	Telecomunicação	EY	EY	EY
Guararapes	Vestuário		EY	EY
Grendene	Vestuário		EY	EY
M. Dias Branco	Alimentos	PwC	PwC	PwC
J Macedo	Alimentos		EY	EY

Quadro 11 – Empresas auditadas pelas mesmas empresas de auditoria entre 2016 e 2018

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise por empresa de auditoria também foram identificados alguns textos de PAAs padronizados em relatórios de auditoria dos anos de 2016 e 2017, conforme a figura 3.

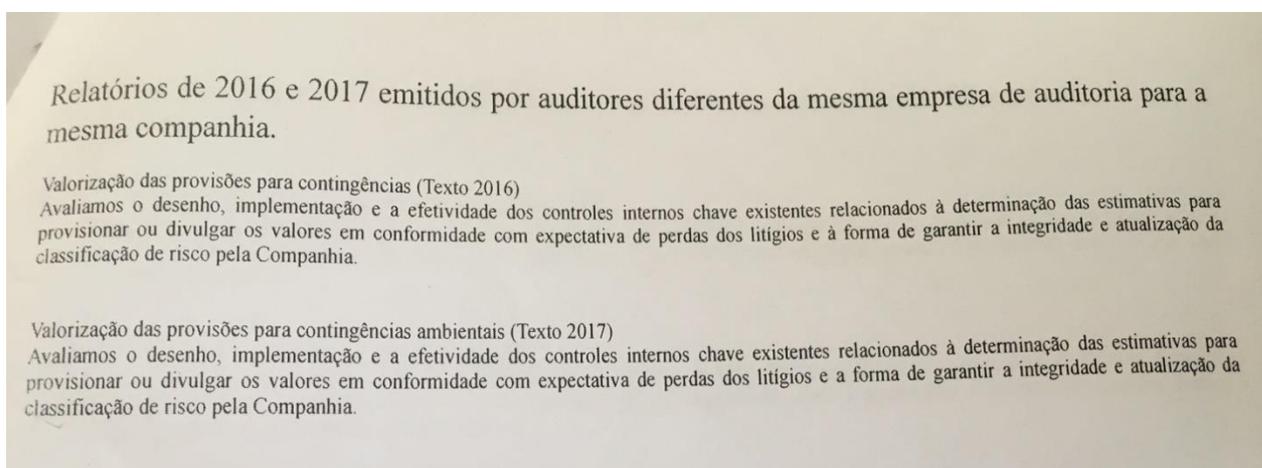


Figura 3 - Textos padronizados de relatórios emitidos pela mesma empresa de auditoria

Fonte: Relatórios de auditoria emitidos em 2016 e 2017.

4.1.2.3 Análise por empresa auditada

Nesta análise foram verificados os textos dos principais assuntos de auditoria dos relatórios emitidos para a mesma empresa auditada, esta análise contemplou todos os 63 relatórios das 21 empresas.

Conforme a figura 4, também foram identificados alguns textos dos PAAs de forma padronizada em relatórios de auditoria dos anos de 2016 e 2017.

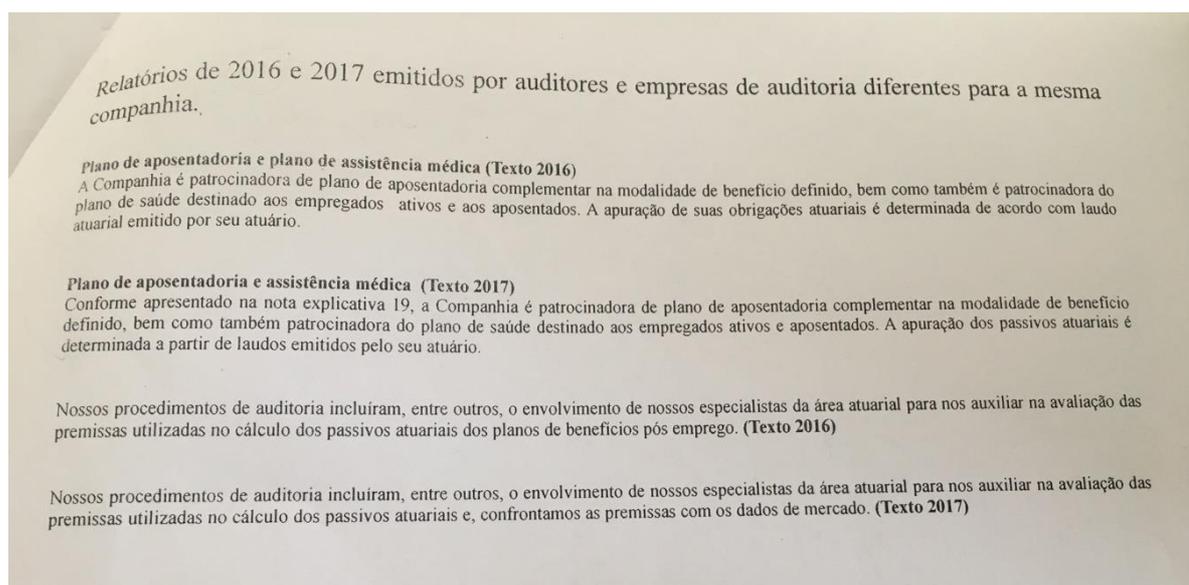


Figura 4 - Textos padronizados de relatórios emitidos para a mesma empresa auditada
Fonte: Relatórios de auditoria emitidos em 2016 e 2017.

4.1.2.4 Análise por setor de atuação

Nesta análise foram verificados os textos dos principais assuntos de auditoria dos relatórios emitidos para as empresas que participam do mesmo setor de atuação, esta análise contemplou todos os 63 relatórios das 21 empresas dos anos entre 2016 e 2018 divididos em 7 segmentos: Água e saneamento; transporte; energia elétrica; locação de veículos; telecomunicação; vestuário e alimentos, conforme quadro 12.

Empresas	Setor Atuação
SABESP	Água e Saneamento
SANEPAR	Água e Saneamento
Embraer	Transporte
Marcopolo	Transporte
CEMIG	Energia Elétrica
Engie	Energia Elétrica
CESP	Energia Elétrica
Eletrobras	Energia Elétrica
EDP	Energia Elétrica
AES Tietê	Energia Elétrica
Energisa	Energia Elétrica
Rio Parapanema	Energia Elétrica
CTEEP	Energia Elétrica
Localiza	Locação Veículos
Unidas	Locação Veículos
Telefônica Brasil	Telecomunicação
Algar Telecom	Telecomunicação
Guararapes	Vestuário
Grendene	Vestuário
M. Dias Branco	Alimentos
J Macedo	Alimentos

Quadro 12 - Empresas analisadas divididas por setor de atuação

Fonte: Elaborado pela autora.

Não foram identificados textos padronizados entre estas empresas participantes dos mesmos setores de atuação.

4.1.3 Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

4.1.3.1 PAA's 2016

No primeiro ano de emissão do novo relatório de auditoria foram emitidos um total de 64 PAA's, com uma média de 3,04 PAA's por relatório.

As empresas das quais os auditores emitiram mais PAA's foram, Unidas e EDP com 5 principais assuntos conforme tabela 3.

Tabela 3 – Quantidade PAAs 2016

Empresas	PAA
Unidas	5
EDP	5
M. Dias Branco	4
Guararapes	4
SANEPAR	4
Embraer	4
Marcopolo	4
CEMIG	3
CESP	3
Eletronbras	3
Grendene	3
AES Tietê	3
Energisa	3
Localiza	3
CTEEP	3
SABESP	2
Telefônica Brasil	2
Algar Telecom	2
Engie	2
Rio Parapanema/CTG	1
J Macedo	1
Média	3,04

Fonte: Elaborado pela autora.

Os três principais assuntos de auditoria dos relatórios de 2016 representaram 67,85% do total de PAAs emitidos, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Principais PAAs 2016

PAAs	2016	
	Quant	%
Provisão para Passivos Contingentes	18	28,12
Reconhecimento Receita	12	18,75
Vlr Recuperável de Ativos não Financeiros	12	18,75
Total	42	67,85
Total Geral de PAA	64	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Em comparação com estudo publicado pelo IBRACON (2018) sobre os PAAs emitidos nos relatórios de auditoria referentes a 31 de dezembro de 2016 por todas as empresas listadas na B3 podemos avaliar que as empresas contempladas nesta amostra tiveram uma média maior de emissão de PAAs, emitindo 3,04 e as listadas 2,43, conforme a tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade PAAs 2016 – Pesquisa IBRACON x Estudo

Fonte de Pesquisa	Pesquisa IBRACON	Estudo
Base Pesquisa	Todas Listada na B3	Ganhadoras Troféu Transparência entre 2017 e 2018, mesmo setores de atuação B3
PAAs	1.329	64
Total Amostra	546 empresas	21 empresas
Média PAA	2,43	3,04

Fonte: Elaborado pela autora.

Os 3 principais assuntos de auditoria do estudo somaram 67,85% do total do PAAs e os do estudo do IBRACON (2018) somaram 87%, ambos identificaram os mesmos assuntos como os mais relatados conforme tabela 6.

Tabela 6 - PAAs 2016 - Pesquisa IBRACON x Estudo

PAAs	Estudo 2016		Pesquisa IBRACON 2016
	Quant	%	%
Provisão para Passivos Contingentes	18	28,12	26
Reconhecimento Receita	12	18,75	29
Vlr Recuperável de Ativos não Financeiros	12	18,75	32
Total	42	67,85	87
Total Geral de PAA	64	100	100

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.3.2 PAAs 2017

No segundo ano de emissão do novo relatório de auditoria foram emitidos um total de 69 PAAs, com uma média de 3,28 PAAs por relatório.

A empresa da qual o auditor emitiu mais PAAs foi a Cemig, com 5 principais assuntos conforme tabela 7.

Tabela 7 – Quantidade PAAs 2017

Empresas	PAA
Unidas	4
EDP	4
M. Dias Branco	4
Guararapes	4
SANEPAR	4
Embraer	4
Marcopolo	3
CEMIG	5
CESP	3
Eletrobras	3
Grendene	2
AES Tietê	4
Energisa	4
Localiza	3
CTEEP	3
SABESP	2
Telefônica Brasil	3
Algar Telecom	2
Engie	3
Rio Parapanema/CTG	3
J Macedo	2
Média	3,28

Fonte: Elaborado pela autora.

Os três principais assuntos de auditoria dos relatórios de 2017 representaram 65,21% do total de PAAs emitidos, conforme tabela 8.

Tabela 8 – Principais PAAs 2017

PAAs	2017	
	Quant	%
Provisão para Passivos Contingentes	21	30,43
Reconhecimento Receita	12	17,39
Vlr Recuperável de Ativos não Financeiros	12	17,39
Total	45	65,21
Total Geral de PAA	69	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Em comparação com estudo publicado pelo IBRACON (2018) sobre os PAAs emitidos nos relatórios de auditoria referentes a 31 de dezembro de 2017 por todas as empresas listadas

na B3 foi identificado que as empresas contempladas nesta amostra tiveram uma média maior de emissão de PAAs, emitindo 3,28 e as listadas 2,49, conforme a tabela 9.

Tabela 9 - PAAs 2017 – Pesquisa IBRACON x Estudo

Fonte Pesquisa	Pesquisa IBRACON	Estudo
Base Pesquisa	Todas Listada na B3	Ganhadoras Troféu Transparência entre 2017 e 2018, mesmo setores de atuação B3
PAAs	1.404	69
Total Amostra	Empresas	21 empresas
Média PAA	2,49	3,28

Fonte: Elaborado pela autora.

Os 3 principais assuntos de auditoria do estudo somaram 65,21% do total dos PAAs e os do IBRACON (2018) somaram 88%, ambos identificaram os mesmos assuntos como os mais relatados conforme tabela 10.

Tabela 10 - PAAs 2017- Pesquisa IBRACON x Estudo

PAAs	Estudo 2017		Pesquisa IBRACON 2017
	Quant	%	%
Provisão para Passivos Contingentes	21	30,43	29
Reconhecimento Receita	12	17,39	30
Vlr Recuperável de Ativos não Financeiros	12	17,39	29
Total	45	65,21	88
Total Geral de PAA	69	100	100

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.3.3 PAAs 2018

No ano de 2018 foram emitidos um total de 63 PAAs, com uma média de 3 PAAs por relatório.

A empresa da qual o auditor emitiu mais PAAs foi a M. Dias Branco, com 6 principais assuntos conforme tabela 11.

Tabela 11 – Quantidade PAAs 2018

Empresas	PAA
Unidas	4
EDP	4
M. Dias Branco	6
Guararapes	2
SANEPAR	4
Embraer	4
Marcopolo	3
CEMIG	3
CESP	3
Elektrobras	2
Grendene	2
AES Tietê	3
Energisa	3
Localiza	2
CTEEP	2
SABESP	3
Telefônica Brasil	4
Algar Telecom	2
Engie	3
Rio Parapanema/CTG	2
J Macedo	2
Média	3

Fonte: Elaborado pela autora.

Os três principais assuntos de auditoria dos relatórios de 2018 representaram 68,25% do total de PAAs emitidos, conforme tabela 12.

Tabela 12 – Principais PAAs 2018

PAAs	2018	
	Quant	%
Provisão para Passivos Contingentes	18	28,57
Reconhecimento Receita	14	22,22
Vlr Recuperável de Ativos não Financeiros	11	17,46
Total	43	68,25
Total Geral de PAA	63	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Não foi realizada comparações com as informações referentes ao ano de 2018, devido não ter sido encontrado estudos disponíveis como o realizado pelo IBRACON (2018) referentes aos anos de 2016 e 2017.

4.1.4 Nível de Legibilidade *Flesch*

Para obter a mensuração da legibilidade dos NRAs das 23 empresas selecionadas foi aplicada a fórmula de Flesch e o resultado está apresentado na tabela 13.

Tabela 13- Cálculo Legibilidade *Flesch* de 2015 a 2018

Legibilidade Flesch	2015	Resultado	2016	Resultado	2017	Resultado	2018	Resultado	Média
SABESP	6	Muito Difícil	8	Muito Difícil	9	Muito Difícil	11	Muito Difícil	8
SANEPAR	15	Muito Difícil	13	Muito Difícil	7	Muito Difícil	9	Muito Difícil	11
Embraer	3	Muito Difícil	6	Muito Difícil	16	Muito Difícil	19	Muito Difícil	11
Marcopolo	1	Muito Difícil	4	Muito Difícil	7	Muito Difícil	8	Muito Difícil	5
CEMIG	11	Muito Difícil	7	Muito Difícil	8	Muito Difícil	6	Muito Difícil	8
Engie	8	Muito Difícil	7	Muito Difícil	7	Muito Difícil	5	Muito Difícil	6
CESP	7	Muito Difícil	15	Muito Difícil	19	Muito Difícil	14	Muito Difícil	13
Eletrobras	15	Muito Difícil	5	Muito Difícil	4	Muito Difícil	10	Muito Difícil	8
EDP	17	Muito Difícil	16	Muito Difícil	15	Muito Difícil	8	Muito Difícil	14
AES Tietê	12	Muito Difícil	13	Muito Difícil	11	Muito Difícil	6	Muito Difícil	10
Energisa	17	Muito Difícil	6	Muito Difícil	3	Muito Difícil	8	Muito Difícil	8
Rio Parapanema	17	Muito Difícil	9	Muito Difícil	18	Muito Difícil	16	Muito Difícil	15
CTEEP	17	Muito Difícil	15	Muito Difícil	12	Muito Difícil	13	Muito Difícil	14
Localiza	11	Muito Difícil	12	Muito Difícil	6	Muito Difícil	6	Muito Difícil	8
Unidas	9	Muito Difícil	12	Muito Difícil	9	Muito Difícil	12	Muito Difícil	10
Telefônica	11	Muito Difícil	8	Muito Difícil	8	Muito Difícil	9	Muito Difícil	9
Algar Telecom	3	Muito Difícil	8	Muito Difícil	6	Muito Difícil	7	Muito Difícil	6
Guararapes	5	Muito Difícil	12	Muito Difícil	5	Muito Difícil	7	Muito Difícil	7
Grendene	8	Muito Difícil	11	Muito Difícil	4	Muito Difícil	4	Muito Difícil	6
M. Dias Branco	5	Muito Difícil	17	Muito Difícil	13	Muito Difícil	15	Muito Difícil	12
J Macedo	8	Muito Difícil	4	Muito Difícil	6	Muito Difícil	5	Muito Difícil	5
Média	9,8	Muito Difícil	9,9	Muito Difícil	9,1	Muito Difícil	9,4	Muito Difícil	9,5

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme a tabela 13 o índice de *Flesch* apresentou médias muito próximas em relação aos anos analisados, a média entre os anos de 2015 a 2018 foi 9,5, portanto o resultado antes da introdução do NRA referente ao ano de 2015 comparada a legibilidade dos anos de 2016 a 2018 pós NRA não tiveram uma alteração no nível de legibilidade dos relatórios.

Analisando o índice *Flesch* individualmente o maior índice apresentado foi de 19 e o menor foi de 1, ambos índices se enquadram no nível de muito difícil compreensão, estimado para leitura de nível universitário completo, conforme o quadro 13 abaixo.

O resultado apresentado indica que os novos relatórios não tiveram uma evolução na legibilidade, ou seja, continuam com textos de difícil entendimento.

Facilidade de compreensão	Flesch Reading Ease (índice)	Grau de escolaridade estimado
Muito Difícil	0 – 30	Universitário completo
Difícil	30 – 50	Ensino médio completo ou Universitário incompleto
Relativamente Difícil	50 – 60	Ensino Médio incompleto
Padrão	60 – 70	7o ou 9o ano
Relativamente Fácil	70 – 80	6o ano
Fácil	80 – 90	5o ano
Muito Fácil	90 – 100	4o ano

Quadro 13 - Escala de resultado índice *Flesch*

Fonte: Zobaran (2019) adaptado de Flesch (1948).

4.2 Tipos de relatórios emitidos após o NRA

Os tipos de relatórios emitidos após a introdução do NRA, entre 2016 e 2018 estão representados na tabela 14.

Tabela 14 – Tipos de relatórios de auditoria

Tipos de Relatórios	2015		2016		2017		2018		Média Pós NRA	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Com Ressalva	2	9,52	0	0	0	0	0	0	0	0
Sem Ressalva	19	90,47	16	76,19	17	80,95	17	80,95	50	79,36
Paragrafo de Ênfase	6	28,57	5	23,8	4	19,04	4	19,04	13	20,64
Total	21	100	21	100	21	100	21	100	63	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Foram emitidos um total de 63 novos relatórios entre 2016 e 2018, dos quais 100% não tiveram nenhuma ressalva, destes 20,6% apresentaram paragrafo de ênfase, conforme quadro 14.

Empresas	Setor de Atuação	2016	Auditoria	2017	Auditoria	2018	Auditoria
CEMIG	Energia Elétrica	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>1) Renovação das concessões das usinas hidrelétricas discutindo judicialmente dois contratos os contratos de renovação.</p> <p>2) Participação não controladora direta e indireta em companhias que se encontram em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo MP.</p> <p>3) Risco de continuidade da investida Renova S.A.</p> <p>4) Reapresentação dos valores correspondentes, em decorrência da mudança de política referente a classificação e ajuste da expectativa d o fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão.</p>	DELOITTE	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>1) Participação não controladora direta e indireta em companhias que se encontram em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo MP.</p> <p>2) Risco de continuidade da investida Renova S.A.</p>	EY	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>1) Participação não controladora direta e indireta em companhias que se encontram em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo MP.</p> <p>2) Risco de continuidade da investida Renova S.A.</p>	EY
CESP	Energia Elétrica			<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>1) Ativo disponível para reversão, a companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento.</p> <p>2) Reapresentação das demonstrações contábeis para demonstrar comparabilidade e consistência das informações.</p>	BDO	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>Ativo disponível para reversão, a companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento.</p>	BDO
Eletrobras	Energia Elétrica	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>Continuidade operacional de controladas e coligadas que dependem do suporte financeiro por parte de terceiros, companhia e ou acionistas.</p>	KPMG	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>Continuidade operacional de controladas e coligadas que dependem do suporte financeiro por parte de terceiros, companhia e ou acionistas.</p>	KPMG	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>Continuidade operacional de controladas e coligadas que dependem do suporte financeiro por parte de terceiros, companhia e ou acionistas.</p>	KPMG
Energisa	Energia Elétrica	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>A Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação do BP e das DRE, dos resultados abrangentes, das MPL e do valor adicionado correspondentes.</p>	DELOITTE				
Rio Paranapanema	Energia Elétrica	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>Os bens do Imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, a medida que novas informações ou decisões do órgão regulador do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.</p>	DELOITTE				
CTEEP	Energia Elétrica	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>Registro de saldo líquido de Contas a Receber do estado de São Paulo relativos ao impacto da Lei 4.819/1958.</p>	EY	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>Registro de saldo líquido de Contas a Receber do estado de São Paulo relativos ao impacto da Lei 4.819/1958.</p>	EY	<p>Paragrafo de Ênfase</p> <p>1) Registro de saldo líquido de Contas a Receber do estado de São Paulo relativos ao impacto da Lei 4.819/1958.</p> <p>2) Adoção do CPC 47 Receita de Contrato de Clientes, saldos de abertura foram ajustados, com o surgimento de um ativo de contrato e ajuste aos Lucros Acumulados.</p>	EY

Quadro 14 – Parágrafos de ênfase emitidos entre 2016 a 2018

Fonte: Elaborado pela autora.

Os parágrafos de ênfase, conforme o quadro 14 foram emitidos para 6 empresas, todas participantes do setor de atuação de energia elétrica, com um total de 13 relatórios emitido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Longo (2017) o IAASB após realizar algumas consultas com usuários dos relatórios de auditoria e identificar uma demanda por alteração deste relatório, passou por um processo de audiências públicas até gerar um modelo de relatório estabelecido pela norma internacional (ISA 700) que traduzida passou a ser a NBC TA 700. E que entrou em vigor no Brasil em 31 de dezembro de 2016.

Este novo relatório com a demanda dos usuários passou a ser chamado de Novo Relatório do Auditor Independente (NRA).

A demanda dos usuários foi por um relatório com mais informações, principalmente sobre as áreas e os itens que no processo de auditoria demandaram uma maior atenção do auditor, apresentando-as com clareza através de textos de fácil leitura e entendimento.

Assim este estudo teve como objetivo identificar se o conteúdo dos novos relatórios do auditor independente denominados NRA emitidos a partir de 31 de dezembro de 2016 atendem a demanda dos usuários e a NBC TA 700.

Para esta análise foram pesquisados alguns itens que possam identificar se os relatórios estão atendendo esta demanda.

Os itens analisados foram: Estrutura dos relatórios, customização dos textos dos PAAs, quantidade de PAAs e quais foram os principais assuntos de auditoria relatado pelos auditores, nível de legibilidade e quais foram os tipos de relatórios emitidos após a introdução do NRA.

Na análise da estrutura dos relatórios, foi observado se eles contemplavam os 14 itens obrigatórios se aplicáveis, e a sua ordem cronológica se estavam de acordo com a NBC TA 700.

O resultado foi 100% da amostra contemplou os itens obrigatórios e sua ordem cronológica, apresentando um relatório mais informativo e de rápida identificação da opinião do auditor e tipo de relatório emitido, de acordo com a NBC TA 700.

Na análise da customização, foi observado nos PAAs se havia alguma padronização nos seus textos, pois cada assunto de auditoria deve ser customizado conforme o julgamento de cada auditor e as particularidades de cada empresa auditada.

Inclusive na pesquisa realizada por Nascimento et al. (2019) com auditores independentes sobre o incremento de horas em seus trabalhos devida introdução do NRA, foi relatado que houve um incremento no trabalho de campo para a área técnica obter um nível mínimo de padronização destes relatórios. E o relato de um dos auditores foi que o relatório: “deixa de ser um relatório padrão, como era, para ser um relatório personalizado”.

Nesta análise foram identificadas algumas padronizações dos textos emitidos pelo mesmo auditor para a mesma empresa auditada, nos emitidos pela mesma empresa de auditoria, porém, por auditores diferentes e nos emitidos para a mesma empresa auditada. Só não foi identificado padronização nos textos emitidos para empresas participantes do mesmo setor de atuação.

Na análise dos principais assuntos de auditoria, foi identificada a quantidade de PAAs emitidos e quais foram estes assuntos.

Após esta identificação foi realizada uma comparação destes dados com a pesquisa feita pelo IBRACON (2018) que contemplou uma amostra maior de empresas.

Nesta análise foi identificado que as empresas emitiram em média 3,22 PAAs por relatório entre os anos de 2016 a 2018 enquanto as empresas analisadas pelo IBRACON (2018) emitiram uma média de 2,46 entre os anos de 2016 a 2017.

Os PAAs mais relatados foram os mesmos para ambas as pesquisas: Provisão para Passivos Contingentes, Reconhecimento de Receitas e Valor Recuperável de Ativos não Financeiros.

Para os auditores entrevistados na pesquisa de Nascimento et al. (2019) os assuntos mais recorrentes são as receitas e o teste de *impairment*, corroborando uma convergência entre o resultado das pesquisas e a opinião dos auditores participantes da pesquisa de Nascimento et al. (2019).

Segundo Coelho (2017) presidente do IBRACON os assuntos mais abordados foram Contingências devido às diferentes interpretações fiscais, pelo nível de ações trabalhistas e pela subjetividade e dependência de terceiros na determinação das estimativas de perdas. Receita, pois na maioria dos casos reflete preocupações quanto às especificidades dos contratos e/ou segmentos e Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros (“*Impairment*”), porque envolve premissas e cálculos que têm alto nível de julgamento.

Estes PAAs representaram em média 67,10% do total dos PAAs entre os anos de 2016 e 2018 na amostra desta pesquisa e 87,50% entre os anos de 2016 e 2017 na amostra do IBRACON (2018).

Pode ser observado que apesar da diferença de 21 empresas analisadas nesta pesquisa e uma média de 555 empresas analisadas pelo IBRACON os resultados estão alinhados e demonstram a divulgação de mais informações aos investidores sobre as empresas auditadas.

Outro item importante de análise é referente ao nível de legibilidade dos relatórios que segundo Oliveira (2015) após levantamento dos principais trabalhos acadêmicos a fim de

entender o que os usuários queriam a mais do auditor, as respostas foram em relação ao linguajar padronizado e considerado difícil ou confusa para a interpretação.

Para identificar se os NRAs apresentavam textos de fácil entendimento conforme demanda, foi realizado o teste de legibilidade *Flesch* em 100% dos relatórios.

O teste de legibilidade identificou um alto nível de legibilidade destes relatórios, com uma média de 9,46 nos emitidos entre 2016 e 2018 e 9,8 nos emitidos em 2015. Assim, apresentando uma alta dificuldade de leitura e compreensão, estando acessíveis apenas a usuários com grau de escolaridade estimado em curso universitário completo, conforme a tabela do índice de *Flesch*.

O resultado da legibilidade demonstra que não houve mudanças na legibilidade dos relatórios analisados, pois eles continuam apresentando o mesmo nível antes e após a introdução do NRA, ou seja, permaneceram com textos de difícil entendimento.

Para identificar se houve uma mudança significativa nos tipos de relatórios emitidos após a introdução do NRA foi identificado os tipos emitidos em 2015, antes do NRA e os emitidos após, entre 2016 a 2018.

Os tipos de relatórios emitidos após a introdução do NRA foram todos sem ressalvas e 20,64% dos relatórios apresentaram paragrafo de ênfase. Em 2015 foram emitidos 9,52% de relatórios com ressalvas, 90,47% sem ressalvas e 28% com parágrafo de ênfase.

Foi identificada uma mudança de quase 10% nos tipos de relatórios emitidos antes e após o NRA. Não havendo uma grande mudança nos tipos de relatórios após a introdução do NRA nesta amostra.

No estudo realizado por Gilioli (2017) com todas as empresas listadas na B3 entre 2011 e 2015, no total de 2.386 relatórios o resultado dos tipos de relatórios emitidos foi de 53% foram sem ressalvas e com paragrafo de ênfase, resultado que sugere uma próxima pesquisa com todas as empresas da B3 para identificar se os PAAs podem ter substituído os parágrafos de ênfase.

Assim pode ser observado que todos os relatórios estão de acordo com a NBC TA 700 e que alguns itens que motivaram a criação do NRA foram atendidos como: mais transparência e informação através dos PAAs. E outros ainda não foram totalmente atendidos como: customização e clareza.

O quadro 15 apresenta um resumo da pesquisa, demonstrando as análises realizadas, os objetivos, achados e conclusão.

Análises	Meios de medida	Objetivos	Achados	Conclusão
Estrutura	Comparação NBC TA 700 x NRA – Análise dos 14 itens obrigatórios se aplicáveis e sua cronologia	Foi alterada a estrutura dos relatórios com novos itens e cronologia diferente para uma identificação instantânea do tipo de relatório emitido. Os novos itens foram introduzidos para conter nos relatórios mais informações sobre a auditoria e as responsabilidades do auditor, administração e governança corporativa.	A estrutura de 100% dos NRAs estão de acordo com a NBC TA 700, tanto na cronologia quanto nos itens obrigatórios quando aplicáveis	Os novos relatórios estão todos adequados a estrutura obrigatória da NBC TA 700
Customização	Análise dos textos dos PAAs, verificando se há padronização de textos por auditores, empresas de auditoria, empresa auditada ou setor de atuação.	Os textos dos PAAs devem ser customizados conforme o julgamento de cada auditor e as particularidades de cada empresa auditada. A padronização de textos dos PAAs descaracteriza a particularidade de cada empresa e a autenticidade da análise de cada auditor.	Alguns textos dos PAAs apresentaram padronização, por auditor, empresa de auditoria e empresa auditada.	A maioria dos novos relatórios apresentam customização dos textos dos PAAs, porém ainda apresentam algumas padronizações.
Mais informações	Verificação da quantidade de PAAs emitidos por NRA, e quais foram os principais assuntos relatados. Comparação com a pesquisa do IBRACON (2018) que contempla um número maior de empresas, sendo todas listadas na B3.	Foi criado os PAAs nos novos relatórios para o auditor relatar mais informações sobre o seu trabalho de auditoria, assim contemplando a realidade de cada empresa e a particularidade do trabalho de cada auditor.	Foi identificada uma quantidade de PAAs maior que a média das empresas da pesquisa do IBRACON (2017) com todas as empresas listada na B3. Os PAAs mais apontados nos NRAs foram: Provisão para Passivos Contingentes, Reconhecimento Receita e Valor Recuperável de Ativos não Financeiros. E estavam compatíveis com os apontados na pesquisa do IBRACON (2018).	Os novos relatórios estão apresentando mais informações sobre as empresas auditadas através dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA), atendendo a demanda dos investidores.
Clareza	Análise da legibilidade de todos os NRAs através da ferramenta de legibilidade <i>Flesch</i> do Word 2010 e identificação do resultado no Quadro 13.	O conteúdo dos NRAs devem ser claros, de fácil leitura e boa compreensão para todos os usuários.	A legibilidade dos NRAs foi classificada como de muito difícil leitura e compreensão, conforme o Quadro 13.	Os novos relatórios não estão claros, estão com uma alta dificuldade de leitura e entendimento. Não atendendo a demanda dos investidores.
Tipos de relatórios	Verificar se houve uma grande alteração nos tipos de relatórios emitidos após a introdução do NRA. Levantamento dos tipos de relatórios emitidos antes (2015) e após o NRA, (2016 a 2018).	O resultado desta análise pode indicar se houve impacto no tipo de relatório emitido após a introdução do NRA.	Houve uma alteração de 10% nos tipos de relatórios emitidos após a introdução do NRA.	Houve uma pequena alteração nos tipos de relatórios após a introdução do NRA, nesta amostra de empresas.

Quadro 15 – Resumo da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora.

Para as próximas pesquisas, fica a sugestão em analisar estes mesmos itens com uma amostra mais extensa de empresas, análise dos próximos relatórios emitidos e uma pesquisa com investidores. Análise do resultado das empresas após a introdução do NRA, análise do resultado das empresas em relação aos principais assuntos de auditoria.

REFERÊNCIAS

AGOSTINETO, P. Paineis: O Novo Relatório do Auditor Independente. **20º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. Fortaleza/ Ceara fev. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A5A0oXq2TeM>. Acesso em: 02 mai. 2018.

ALMEIDA, B. J. M. Auditoria e Sociedade: Auditoria e sociedade: o diálogo necessário. **Rev. Contab. Financ.**, São Paulo, v.15, n.34, p.80-96, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772004000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 ago. 2019.

ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. **Troféu Transparência 2018**. Disponível em: http://img.anefac.com.br/TrofeuTransparencia_internas.aspx?ID=34. Acesso em: 17 mai. 2018.

AROS, L. H.; SANTOS, F.A.; AUSIQUE, L. V.B.; DUQUE, J. A. V. Interpretación de las evidencias por las pruebas sustantivas y pruebas de cumplimiento en el encargo de la auditoria. **Pensamiento Republicano**. Bogotá, D.C. Nº 7. Segundo semestre 2017. ISSN 2145-4175 PP. 81-107. Disponível em: <file:///Users/alinebranco/Downloads/423-Texto%20del%20art%C3%ADculo-1432-1-10-20180730.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2019.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BEDARD, J.; GONTHIER-BESACIER, N.; SCHAT, A. **Costs and Benefits of Reporting Key Audit Matters in the Audit Report: The French Experience**. 2014. Disponível em: https://documents.bsb-education.com/pdf/cig2014/ACTESDUCOLLOQUE/BEDARD_GONTHIER_BESACIER_SCHAT.pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.

BM & FBOVESPA – BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Empresas Listadas**. 2018. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 08 mai. 2018.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 260 (R2) - Comunicação com os Responsáveis pela Governança**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA260R2.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.

_____. **NBC TA 570 - Continuidade Operacional**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA570.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.

_____. **NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.

_____. **NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 705 - Modificações na opinião do Auditor Independente**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.

_____. **NBC TA 706 - Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA706.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.

COELHO, I. Avanços do novo relatório do auditor no brasil. *In: Revista Relação com Investidores (RI)*. Edição 215 set 2017. Disponível em: <http://www.revistari.com.br/215/1260>. Acesso em: 18 set. 2019.

COSTA, F. O. C.; FREIRE, D. de M.; ARAÚJO, K. D. de. Novo Relatório do Auditor Independente: conservadorismo ou singularidade?. **VIII Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - AdCont 2017**, 19 a 21 de outubro de 2017 - Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: <http://adcont.net/index.php/adcont/AdCont2017/paper/viewFile/2816/826>. Acesso em: 01 fev. 2019.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. Brasília, 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

CUNHA, P. R. da; BEUREN, I. M.; PEREIRA, E. Análise dos pareceres de auditoria das demonstrações contábeis de empresas de Santa Catarina registradas na Comissão de Valores Mobiliários. **RIC - Revista de Informação Contábil**. Recife: UFPE, v. 3, n. 4, p. 44-65. Out-Dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/viewFile/7882/7958>. Acesso em: 22 mai. 2018.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. **Instrução normativa no 308 de 14 de maio 1999**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst308.html>. Acesso em: 14 jun. 2019.

DANTAS, J. A. **Auditoria em instituições financeiras: determinantes de qualidade no mercado brasileiro**. 2012. xv, 173 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2012.

DEFLIESE, P. L. **Montgomery's Auditing, Third College Version**. New Jersey: John Willey & Sons, 1984.

FLESCH, R. A New Readability Yardstick. **Journal of Applied Psychology**, v. 32, n. 3, p.221-233, Washington – DC, jun.1948. Disponível em: <https://bit.ly/2F2JWvo>. Acesso em: 25 set. 2018.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2000.

GILIOLI, A. **Contribuição para avaliação dos tipos de relatórios de auditoria**: um estudo voltado às empresas listadas na BM&FBovespa entre 2011 e 2015. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

HAUT CONSEIL DES COMMISSAIRES AUX COMPTES. NEP-705 Justification des appréciations. *In: Normes d'Exercice professionnel des Commissaires aux Comptes*. Paris, 2006.

IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Discussion Forum – Financial Reporting Disclosure Feedback Statement**. London, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2RwO3ky>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **The new Auditor's Report: Greater Transparency into the Financial Statement Audit**, jan. 2015. Disponível em: <https://www.iaasb.org/about-iaasb>. Acesso em: 19 set. 2019.

IBRACON - INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **Principais assuntos de Auditoria**. 2018. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/sib/gc/upload/1535568131.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas**. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2019.

IFAC - INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change**. 2011. Disponível em: http://www.ifac.org/system/files/publications/exposedrafts/CP_Auditor_ReportingFinal.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

KLARE, G. R. **The measurement of readability**. Ames, Iowa: Iowa State University Press, 1963. Disponível em: <https://bit.ly/2SBg0t0>. Acesso em: 28 set. 2018.

LONGO, C. G. **Relatórios de Auditoria**. São Paulo: Trevisan, 2017.

LYRA, D. H.; AMARAL, C. L. F. Apreensibilidade e legibilidade de artigos científicos de um periódico nacional. **Tekhne e Logos**. Botucatu: SP, v.3, n.3, 2012.

MAIJOOR, S.; VANSTRAELEN, A. Research opportunities in auditing in the EU, revisited. **Auditing: A Journal of Practice and Theory**, v. 1, n. 31, p. 115-126, 2012.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, T. B. F.; GHIRALDELO C. M.; NUNES, M. G. V.; OLIVEIRA JR., O. N. Readability Formulas Applied to Textbooks in Brazilian Portuguese. **Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos-USP**, PDF Version. São Carlos, 1996.

MATOS, T.; SILVA, O.; RODRIGUES, A. Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB. *In: X Congresso ANPCONT*, 2016, Ribeirão Preto. Disponível em: <http://congressos.anpcont.org.br/x/anais/files/2016-05/mfc59.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MATOS, T. M. P.; CARDOSO, R. L. O impacto de Key Audit Matters (KAM) sobre a análise das demonstrações contábeis e sobre a propensão a investir. *In: 3 Congresso UnB de contabilidade e governança corporativa de 29 a 01 de dezembro de 2017*. Brasília-DF. 2017. Disponível em: <http://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb3/paper/view/6166>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MATOS, T. M. P. de et al. Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP, São Paulo, v. 29, n. 77, p. 246-265, mai./ago. 2018

MAZZON, J. A. **Análise do programa de alimentação do trabalha dor sob o conceito de marketing social**. 1981. Tese (Doutorado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

MCKINNON, C. C. Auditing The Auditors: Antitrust Concerns In The Large Company Audit Market. **Journal of Law & Business**, New York University, v. 11, n. 3, 2015.

MONTGOMERY, D. **Relatórios do auditor independente mais informativos – o que os comitês de auditoria e os executivos financeiros precisam saber**. Traduzido pelo IBRACON/CFC. Mar. 2016. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/sib/gc/upload/1486404470.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MURPHY, G. **Personality: a bisocial approach to origins and structure**. New York: Harper, 1947.

NASCIMENTO, Í. C. S.; MAIA, A. J. R.; FAÇANHA, M. C.; PINHO, A. P. M. Percepção de Auditores das Big Four sobre o Novo Relatório de Auditor Independente. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, mai/ago, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/15913>. Acesso em: 16 jun. 2019.

OLIVEIRA, P. A. de. **A mudança no relatório do auditor independente em resposta as expectativas de mercado: um auxílio na delimitação de sua responsabilidade?**. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

OSTWALD, M. O Novo Relatório do Auditor Independente. **20º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. Fortaleza: 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A5A0oXq2TeM>. Acesso em: 02 mai. 2018.

PIERRI JUNIOR, M. A. et al. Pronunciamentos contábeis: um estudo dos relatórios de auditoria das companhias negociadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep – REFICONT**. v. 2, n. 2, Jul/Dez – 2015.

PEREZ JUNIOR, J. H.; FERNANDES, A. M.; RANHA, A.; CARVALHO, J. C. O. **Auditoria das Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PORTE, M.; SAUR-AMARAL, I.; PINHO, C. Pesquisa em auditoria: principais temas. **Revista Contabilidade e Finanças**. USP - São Paulo, v. 29, n. 76, p. 41-59, jan./abr. 2018 41.

PwC. **Demonstrações financeiras e sinopses normativa e legislativa: guia 2016/2017/** PricewaterhouseCoopers. 26 ed. São Paulo: PricewaterhouseCoopers, dez 2016. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/guia-demonstracoes-financeiras/assets/guia-demonstracoes-financeira-16.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

RICARDINO, A.; CARVALHO, N. Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: FEA-USP, v. 15, n. 35, p. 22-34. Mai.-Ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772004000200002&lang=pt. Acesso em: 17 mai. 2018.

RIPAMONTI, A.; KAYO, E. K. Corporate governance and capital structure in brazil: stock, bonds and substitution. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie** v.17 n.5 São Paulo Sept./Oct. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712016000500085&tlng=en. Acesso em: 27 ago. 2019.

ROBU, M. A.; ROBU, I. B. The influence of the audit report on the relevance of accounting information reported by listed Romanian companies. **Procedia Economics and Finance**, v. 20, n. 1, p. 562-570, 2015. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/276859247_The_Influence_of_the_Audit_Report_on_the_Relevance_of_Accounting_Information_Reported_by_Listed_Romanian_Companies. Acesso em: 01 mai. 2019.

ROXO, G.; BONOTTO, M. M. da S. Análise das Alterações nas Normas de Auditoria á Luz do Novo Relatório de Auditoria Independente. *In*: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 3., São Leopoldo, 2016. **Anais...** São Leopoldo: COFIN, 2016.

SÁ, A. L. **Curso de auditoria**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, A. C. L.; MACHADO, L. S.; MACHADO, M. R. R. Principais Assuntos de Auditoria (PAA) no contexto Goiano. **RAGC**, v.7, n.28, p.149-164, 2019.

SILVA, A. G. da; ROBLES JUNIOR, A. (2008). Os impactos na atividade de auditoria independente com a introdução da lei Sarbanes-Oxley. **Revista Contabilidade & Finanças**, 19(48), 112-127. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000300010>

SILVA, R. B. **Implicações da OCPC 07 no disclosure e na forma das notas explicativas das demonstrações contábeis**. 2017. 96 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2017.

SILVA, W. A.M. et al. Legibilidade dos Pareceres de Auditoria em Empresas do Segmento IBRX 50. **VIII Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - ADCONT 2017** de 19 a 21 de outubro de 2017 - Rio de Janeiro, RJ.

SILVEIRA, A. Di M. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. 2002. 152 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TIROLE, Jean. **The Theory of Corporate Finance**. Princeton University Press Princeton and Oxford, 2006.

TELLES, S. V. **Legibilidade e Compreensibilidade das Notas Explicativas**. 2018 Tese. (Doutorado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

ZOBARAN, R. **Legibilidade (readability) das demonstrações contábeis**: uma análise da facilidade de leitura das notas explicativas das companhias abertas. 2019. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.